



Informe Anual 2010

ceg

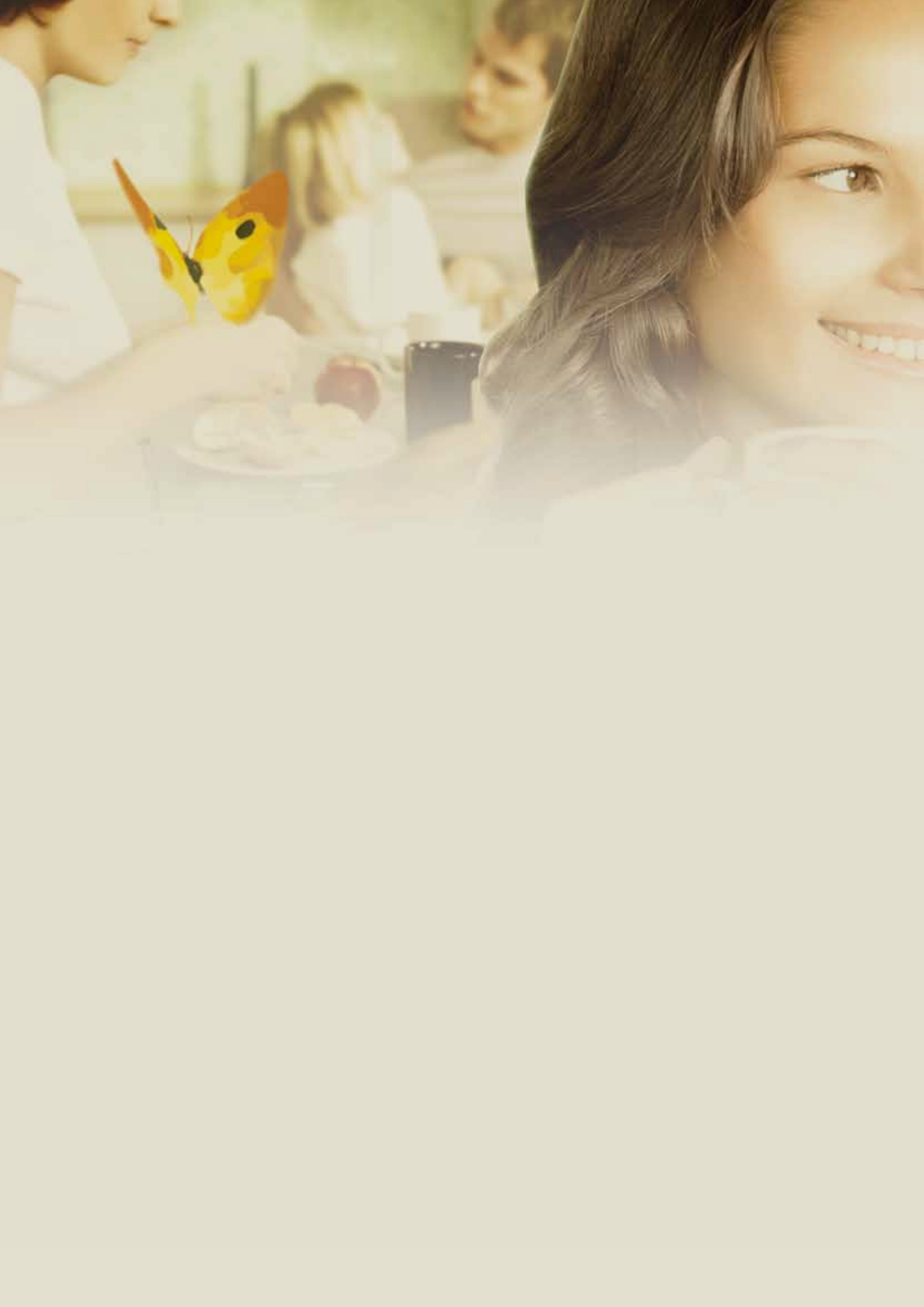
gasNatural
fenosa 

Informe Anual

2010

ceg

gasNatural
fenosa 





sumário

Carta do Presidente do Conselho de Administração – CEG		4
Mensagem do Presidente e do Country Manager		6
Conselho de Administração		8
Comitê de Direção		9
Cenário Macroeconômico e Energético		12
Gas Natural Fenosa no Mundo: um novo grupo, uma nova dimensão		14
Gas Natural Fenosa no Brasil: mais um ano de crescimento		15
Evolução da Atividade		18
Atividade Comercial		20
Serviço a Clientes		22
Atividade Técnica		23
Recursos Investidos		24
Sumário Financeiro		25
Remuneração aos acionistas		27
Financiamentos		27
Acionistas		28
Panorama Tributário		29
Responsabilidade Social Corporativa		32
Relacionamento com a Sociedade		34

Carta do Presidente do Conselho de Administração – CEG



Sergio Aranda
Presidente do Conselho de Administração

O Brasil já é a sétima maior economia do planeta, com Produto Interno Bruto (PIB) superior a US\$ 2,2 trilhões. O Grupo Gas Natural – que após a fusão com a Union Fenosa criou a nova marca internacional Gas Natural Fenosa – admira e confia no trabalho que os governos do Brasil e do estado do Rio de Janeiro estão desenvolvendo e se sente honrado em, através de suas empresas brasileiras, participar da construção desse cenário.

Operando em 25 países, o Grupo tem mais de 20 milhões de clientes em todo o mundo. É o maior operador mundial de GNL na bacia do Atlântico, um dos maiores operadores mundiais de ciclos combinados, e também a terceira distribuidora de gás e eletricidade, com 8,9 milhões de pontos de conexão.

No Brasil, as empresas do Grupo estão entre as maiores distribuidoras de gás do país, com mais de 800 mil clientes, 56 municípios abastecidos e 6 mil km de redes de distribuição. Em 2010, os bons resultados da performance no Brasil só vieram confirmar esta confiança e mostrar que é preciso continuar criando infraestrutura para aproveitar o grande desenvolvimento que o setor deverá viver nos próximos anos.

O trabalho desenvolvido pela CEG em 2010 já se norteou nesse sentido. Preparando-se para suprir plenamente o crescimento das demandas projetadas, a CEG celebrou com a Petrobras um aditivo de prazo ao contrato de fornecimento de gás natural para o mercado convencional, prorrogando-o até 31/12/2014.

A Companhia participou ainda de dois leilões eletrônicos de gás natural de curto prazo, pro-

movidos pela Petrobras, adquirindo cerca de 15% das retiradas médias, para atender a grandes clientes industriais e ao mercado em geral.

Outras relevantes ações técnicas foram executadas para otimizar o fornecimento de gás à cidade, como o aumento da capacidade do sistema de alta pressão do Rio de Janeiro em 20 mil metros cúbicos hora, e a ampliação do sistema de alta pressão dos bairros da Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá.

No retrospecto de 2010, merece destaque a chegada da CEG ao município de Maricá, que se deu através do abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

Ao trazer para o Brasil sua experiência na integração de diferentes formas de abastecimento de energia, o Grupo abriu perspectivas de novos negócios para o futuro, criando a oportunidade para o desenvolvimento integrado no setor energético. A Gas Natural Fenosa acredita ser essa sua principal missão: crescer junto com o País, de forma participativa e rentável.

Em um ano em que as receitas líquidas da Companhia chegaram a R\$ 2.263.645 mil, o que representa aumento de 30,25%; e o lucro bruto foi de R\$ 674.634 mil, superando em 11,1% o obtido no ano anterior – com uma margem bruta de 30,59% – a CEG deu continuidade ao seu programa de investimentos.

Sem sobrecarregar a sua estrutura de capital, a Diretoria da CEG propôs uma distribuição de resultados de R\$ 83.868 mil, sendo R\$ 39.007 mil a título de juros sobre o capital próprio e R\$ 44.861 mil sob a forma de dividendos.



Somados, esses valores representam 71% do lucro líquido do exercício.

A fim de preparar a cidade para os Jogos de 2014 e as Olimpíadas de 2016, a CEG – junto a outras concessionárias e a órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro – coordenou um Grupo de Trabalho visando o mapeamento das redes de utilidades existentes no subsolo. Está agora desenvolvendo um sistema – GEOVIP – contendo a base cartográfica do Rio de Janeiro sobre a qual será colocada a localização das redes assentadas. Este sistema vai proporcionar maior segurança e facilitar a coordenação das ações.

Em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a CEG também promoveu o seminário Conexão Rio-Barcelona, que reuniu renomados arquitetos e administradores das Olimpíadas de Barcelona. O objetivo do evento foi conhecer e divulgar experiências relacionadas aos Jogos Olímpicos como instrumento de desenvolvimento das cidades-sedes.

Procurando participar ativamente na construção de um futuro ambientalmente mais limpo, a Companhia concluiu em 2010 um Projeto de MDL que gerou 12.814 créditos de carbono ao substituir o óleo combustível por gás natural na caldeira utilizada pela empresa Quimvale. Foi o primeiro projeto registrado no país por uma distribuidora de gás natural.

O Projeto Fugas, outra iniciativa da CEG em MDL, está na fase de final de validação e deverá gerar um total de 79.526 créditos de carbono. O objetivo é reduzir as emissões de metano na atmosfera através da substituição da tubulação de ferro fundido por polietileno, material que permite diminuir o índice de fugas.

Em 2010, a Gas Natural Fenosa também criou o grupo de trabalho Redução de Emissões – *Energy Wisdom Programme* (EWP), sob a coordenação da Diretoria Técnica Brasil, que será responsável por identificar os projetos existentes e os futuros, onde podem ser reduzidas as emissões de CO₂. O cuidado ambiental faz parte do compromisso do Grupo

em manter o desenvolvimento sustentável em todas as suas empresas.

A qualidade dos serviços também está contemplada nesse compromisso e se reflete nas pesquisas de satisfação dos clientes. Em 2010, na CEG, houve queda de 16% no número de reclamações. Esse resultado se deveu à manutenção dos canais de diálogo com associações de moradores, representantes de condomínios e órgãos de defesa do consumidor e a campanhas motivacionais internas.

Contribuíram ainda para esse índice a implantação de novos serviços, tais como a adoção de *software* próprio para gestão de leituras (SGL) e a realização de leitura de consumo de gás através do celular.

Na área de Responsabilidade Social Corporativa, com foco prioritário na Educação, a CEG desenvolveu projetos junto a professores da rede pública municipal e estadual do Rio de Janeiro para sensibilizar os alunos sobre a preservação ambiental e cuidados no uso da energia.

Um desses projetos foi o *Jornada Educação Século XXI*. Realizado em parceria com o governo, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica, o seminário reuniu personalidades da área educacional, além de importantes nomes da literatura e da música brasileiras.

Estamos certos de que todas essas conquistas da CEG em 2010 se devem muito a acertada estratégia de gestão do Grupo, focando o crescimento de forma a garantir um futuro saudável ao negócio e às pessoas nele envolvidas. Por isso, queremos compartilhar os resultados aqui mostrados com nossos colaboradores, clientes, acionistas e todos os demais parceiros, a quem agradecemos sinceramente.

Mensagem do presidente, Bruno Armbrust, e do Country Manager, Antoni Almela

Bruno Armbrust

Presidente da Gas Natural Fenosa Brasil

Antoni Almela

Country Manager da Gas Natural Fenosa Brasil



É com entusiasmo que apresentamos este Relatório da CEG em um 2010 pós-crise com resultados que superam as previsões mais otimistas, não só no sentido de ganhos financeiros mas principalmente no de realizações que vão dar continuidade ao desenvolvimento seguro e sustentável do negócio.

A assinatura com a UTE Furnas Santa Cruz do primeiro contrato do país na categoria de consumidor livre foi uma dessas realizações. Com valor potencial de R\$ 400 milhões esse contrato está inserido no desenho de mercado que o Grupo pretende adotar, abrindo as perspectivas de novos negócios.

Um deles é o atendimento com gás natural comprimido – GNC. Foi através do GNC que a CEG chegou em 2010 ao município de Maricá. No entanto, 1.624 km de novas redes convencionais e distribuição continuaram a ser instaladas na área de concessão da Companhia, que fechou o ano com de 3.873 km de tubulação.

Ao encerrar 2010, a Companhia tinha 758.509 clientes e já estava presente em 17 diferentes municípios do Rio, entre eles São Gonçalo, Niterói e Baixada Fluminense. Para viabilizar esse resultado, foram feitos no período um total de R\$ 75 milhões em investimentos, dos quais mais

de R\$ 45 milhões usados no programa de conservação e renovação das redes de gás e quase R\$ 24 milhões destinados ao projeto de expansão comercial.

Atingindo seu maior nível de expansão nos últimos 24 anos, a produção industrial brasileira cresceu 10,5% em 2010. A CEG acompanhou esta alta registrando acréscimo de 36% na venda para indústria. Mas o destaque em 2010 foi para as termelétricas situadas na área de concessão da Companhia que tiveram recorde de vendas, aumentando 164% em comparação a 2009, com despacho médio de 3,8 Mm³/dia. Nesse segmento, foi relevante a prorrogação por mais dois anos dos contratos de compra e venda de gás com as UTE's Termorio e Eletrobolt.

No aspecto financeiro, os números de 2010 superaram as previsões. O lucro bruto da CEG chegou a R\$ 674.634 mil, 11,1% maior que o do ano anterior, o que representa uma margem bruta de 30,59%. O lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações foi de R\$ 508.160 mil, 26,56% superior ao de 2009. Esse resultado positivo, que vem se repetindo a cada ano, demonstra a solidez dos negócios da Companhia, já que o crescimento médio anual deste indicador tem sido de 30% nos últimos seis anos.



A vocação da CEG no que diz respeito às parcerias com a vida da cidade do Rio de Janeiro ficou ainda mais sedimentada em 2010. Para criar uma ferramenta que melhore a gestão de obras de infra-estrutura urbana para os Jogos Olímpicos de 2016, a Prefeitura do Rio iniciou um trabalho para ter o subsolo da cidade totalmente mapeado, formando um cadastro único com informações sobre as redes de todas as concessionárias de serviços públicos que atuam na cidade. A CEG foi a primeira concessionária que forneceu à Prefeitura o mapeamento digital completo de toda a sua rede. São cerca de 250 mil mapas, que além da localização, trazem características técnicas sobre a tubulação.

Com o início das preparações visando os Jogos, a CEG executou em 2010 outras importantes ações técnicas para reforçar o fornecimento de gás à cidade. A capacidade do sistema de alta pressão do Rio de Janeiro foi aumentada em 20 mil metros cúbicos/hora, com monitoramento online, realizado pelo Centro de Controle de Operações da Rede da CEG. O sistema de abastecimento de alta pressão dos bairros da Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá foi ampliado, passando de 12 para 18 mil metros cúbicos p/hora.

Para recuperar as vendas no mercado de gás veicular GNV que estava retraído em todo o país, a CEG desenvolveu em 2010 uma ampla campanha publicitária que resultou na manutenção do seu volume vendido, frente a 2009. Procurou ainda novas opções para expansão de sua rede dando início aos testes e revenda de GNV da primeira EDS do Brasil, localizada em Nova Friburgo, onde o GNC é transportado por caminhão e o abastecimento é feito no centro de decompressão da cidade de Guapimirim.

Como sempre foi sua característica desde que passou a ser operada pela Gas Natural Fenosa, a CEG não se restringiu apenas à sua atividade principal em 2010. Estendeu seu olhar também ao cuidado com a cidade e com os cariocas.

Seguindo a política de responsabilidade social do Grupo, que prevê investimentos na formação e qualificação de técnicos nas variadas áreas de

gás, a CEG patrocinou em 2010 o projeto Pedras Portuguesas no Mundo. Além de edição de um livro, o projeto incluiu a formação de 60 mestres calceteiros. Especialistas da Prefeitura de Lisboa vieram ao Rio para formar aqui esses profissionais, que são de fundamental importância para a conservação das calçadas que têm uma grande identificação com o Rio.

Em parceria com o Senai, teve início também o Programa Social Espaço Futuro, de formação e qualificação de mão de obra especializada em instalações e comercialização de gás natural em residências.

Internamente, o ano foi de implantação de importantes ações visando o bem estar dos colaboradores. Além de cursos de aperfeiçoamento profissional, a Companhia criou vários novos procedimentos, entre eles a opção da extensão da licença maternidade de 4 para 6 meses, e a flexibilização da jornada de trabalho, tanto para a entrada quanto para a saída, através de compensação de horas. Criou também a opção de adquirir kit de gás natural veicular (GNV) com preço especial e pagamento parcelado e descontado em folha.

Foi, enfim, um ano de muita renovação que só uma empresa sólida como a CEG poderia promover. Mas estamos confiantes de que o caminho é esse. Crescer com segurança e sustentabilidade, preceitos básicos do Grupo Gas Natural Fenosa.

Não poderíamos portanto encerrar essa carta sem agradecer a confiança de nossos clientes, a colaboração dos nossos acionistas, a parceria determinante do Governo do Estado do Rio de Janeiro mas, especialmente, o empenho e dedicação de toda a equipe da CEG, que fez tudo isso acontecer.



Conselho de Administração

Sergio Manuel Aranda Moreno

Bruno Armbrust

Francisco de Paula Lluch Rovira

Narcis de Carreras Roques

Francisco Solbes Pons

Antoni Almela Casanova

Ewald Possolo Correa da Veiga

Maria Carmen Westerlund Montera

José Pais Rangel



Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Diretor-Presidente

Antoni Almela Casanova
Diretor Geral

Ignácio Pascual
Planejamento, Ingressos e Regulação

Kátia Valverde Junqueira
Serviços Jurídicos

Diego Grimaldos
Econômico-Financeiro e de Relações
com Investidores

Eduardo Cardenal Rivera
Área Comercial

Jordi Gutierrez
Serviços Compartidos

José Maria Margalef
Área Técnica

Katia Brito Repsold
Serviço a Clientes

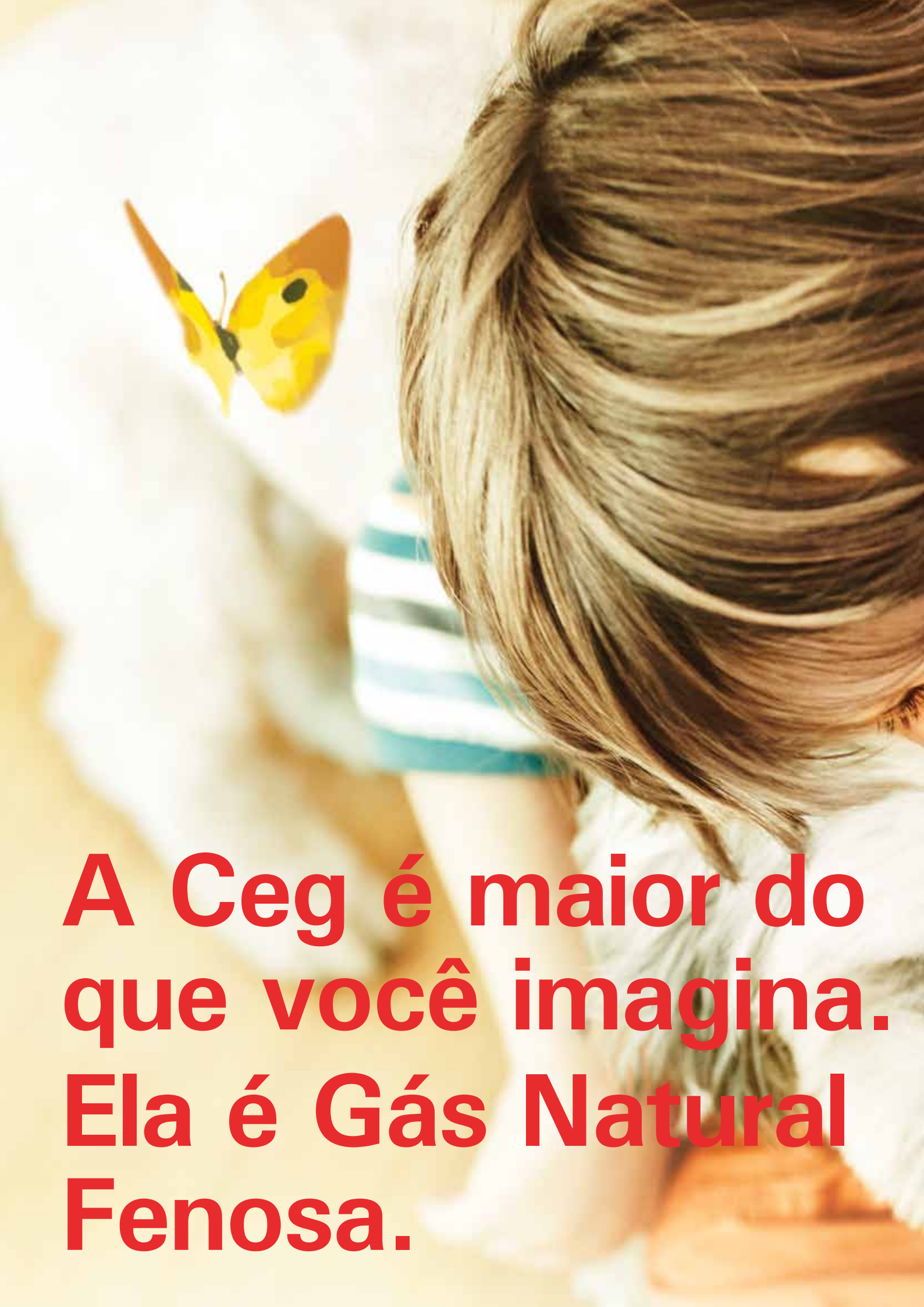
Mario Nevares
Organização e Qualidade

Fernanda Amaral Mendes Alves
Comunicação

Fernando Cezar dos Santos Camilo
Recursos Humanos

Gilberto Guimarães Rosa da Silva
Controle de Gestão

Marcelo Medeiros Maia Braga
Informática



**A Ceg é maior do
que você imagina.
Ela é Gás Natural
Fenosa.**



Cenário Macroeconômico e Energético

Passados os efeitos da crise econômica mundial, grande parte dos países retomou a rota histórica de crescimento a partir de 2010 e o Brasil, especialmente, se fortaleceu de forma relevante, tornando-se uma das economias mundiais com maiores perspectivas de crescimento.

A produção da indústria brasileira cresceu 10,5%, atingindo sua maior expansão nos últimos 24 anos. Segundo o IBGE, desde 1986, quando a expansão foi de 10,94%, a indústria não apresentava um crescimento tão elevado em sua produção. Este resultado colocou o setor como principal motor da economia brasileira em 2010.

Entre as atividades industriais, o melhor desempenho foi da indústria extrativa mineral (13,5%), seguida pela construção civil (10,7%), indústria de transformação (10,5%) e eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (6,6%).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 7,5% em 2010, a maior alta desde 1986, ano do Plano Cruzado. Com isso o Brasil passou a ter o sétimo maior PIB do mundo.

No que diz respeito às *commodities*, a produção de petróleo no Brasil foi recorde, considerando a média anual: 2,004 milhões de barris por dia. O volume é 1,7% maior do que o verificado em 2009 sinaliza uma produção sustentável acima dos 2 milhões de barris por dia. A produção brasileira de petróleo, em 2010, foi de aproximadamente, 2,089 milhões de bbl por dia e a de gás natural de 66,2 milhões de metros cúbicos/dia.

Vale destacar que em 2010 começou a produção do pré-sal. Em novembro, o pré-sal produ-

ziu 63.679 bbl/d de petróleo e 2.301 mil metros cúbicos/dia de gás natural no campo de Jubarte e nos testes de longa duração na área de Tupi. Aproximadamente 91,2% da produção de petróleo e gás natural brasileira, em 2010, foram extraídos de campos explorados pela Petrobras. Em campos marítimos, foram produzidos 91,3% do petróleo e 75,3% do gás natural brasileiros.

O volume diário de gás natural consumido, em 2010, pelas distribuidoras foi de, aproximadamente, 48 milhões de metros cúbicos/dia, 37% acima de 2009. Este aumento foi provocado pela maior atividade industrial – o uso de gás pela indústria cresceu 20,15% no ano passado. Mas o destaque ficou por conta das usinas termelétricas que, devido à situação hidrológica desfavorável, elevaram o consumo em 171%. A cogeração registrou alta de 19,6% e as residências demandaram mais 7,2% de gás natural, seguidas do segmento comercial, com alta de 6,26% no consumo.

As distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas não abastecidas e o mercado brasileiro encerrou o ano com mais de 19 mil km de rede de distribuição e aproximadamente 1,9 milhão de clientes de gás natural.

Para atender ao aumento da demanda, a oferta de gás natural importado pelo Brasil aumentou significativamente, sendo que em setembro de 2010 o volume regaseificado de GNL bateu o recorde, chegando a 18,4 de milhões m³/dia.

Com a possibilidade de flexibilização dos contratos, o comércio de gás natural liquefeito



(GNL) na Bacia do Atlântico se dinamizou significativamente. Países como o Brasil, que buscam uma oferta de gás flexível, encontraram no GNL uma solução interessante. Cabe destacar que o comércio de GNL na região das Américas passou a adotar como indexador o preço Henry Hub, ponto de fixação de preços para futuros contratos negociado na *New York Mercantile Exchange*.

No que tange ao mercado internacional, os preços do petróleo fecharam 2010 em seu mais alto nível em dois anos. Em meio ao otimismo sobre a evolução da demanda mundial, o barril do *West Texas Intermediate* ("light sweet crude") para entrega em fevereiro fechou 2010 a US\$ 91,38, tendo atingindo nos últimos minutos de operações os US\$ 92,06, valor que não registrava desde outubro de 2008.

O preço médio ponderado do gás natural no mercado *spot Henry Hub* – preço que não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor – fechou 2010 em US\$ 4,38/MMBtu, valor 11,5% superior a média de 2009 (US\$ 3,93/MMBtu).

A grande evolução em 2010 foi a efetivação da Lei do Gás. Após sete anos de discussões entre governo e agentes do mercado de gás, no dia 3 de dezembro de 2010 foi publicado o Decreto nº 7.382, que remete aos Estados a regulamentação da distribuição e da comercialização do gás natural.

Vale lembrar que os marcos regulatórios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo já estabelecem condições para a distribuição de gás canalizado para o consumidor livre, assim

como suas tarifas referentes ao serviço de distribuição. Dessa forma, cabe aos Estados a regulamentação que estabeleça as condições e as tarifas para as novas operações previstas na Lei/Decreto.

Os principais pontos do Decreto são a instituição do Plano Decenal de Expansão da Malha de Gasodutos – PEMAT; a regulamentação do período de exclusividade; e a regulamentação do acesso de terceiros aos gasodutos de transporte e da troca operacional de gás (*swap*). A nova lei contribuirá, no médio e longo prazo, para o aumento da competitividade no mercado de gás.

No que diz respeito ao setor elétrico, apesar de não conseguir leiloar as 17 hidrelétricas que previa, o governo encerrou o ano de 2010 otimista com a contratação de 17 mil MW, viabilizados por meio de seis leilões.

Quanto às termelétricas, vale lembrar que no Rio de Janeiro, somente na área de concessão da CEG, registrou-se recorde de vendas em 2010, com aumento de 164% em comparação ao ano anterior e o despacho médio chegando a 3,8 Mm³/dia.

Desta forma, as boas perspectivas de crescimento da demanda de energia nos próximos anos e o ambiente macroeconômico estável fazem com que o Brasil seja uma das grandes apostas do Grupo Gas Natural Fenosa em seu novo plano estratégico.

Gas Natural Fenosa no Mundo: um novo grupo, uma nova dimensão

Após concluir, em 2010, sua fusão com a Union Fenosa, o Grupo Gas Natural passou a chamar-se Gas Natural Fenosa. Através da fusão, a empresa ampliou seu perfil de negócios, com a diversificação de suas atividades e geografia, o que traz grande estabilidade aos resultados obtidos.

Abrindo o acesso a novas tecnologias e mercados, os ativos foram multiplicados por 2,5 e os clientes de gás e eletricidade por 1,8.

Atualmente, o Grupo Gas Natural Fenosa está presente em 23 países, tem 15,6 GW de potência instalada e mais de 20 milhões de clientes em todo o mundo. É a terceira maior empresa do mundo em gás natural liquefeito (GNL) e uma das maiores operadoras mundiais de ciclos combinados, com mais de 9 GW de potência. É também a terceira distribuidora de gás e eletricidade, com 8,9 milhões de pontos de conexão.

Na Espanha, é líder no mercado liberalizado de gás e eletricidade, com cerca de 2,5 milhões de clientes e 154.000 GWh³. Na América Latina produz e distribui energia no Chile, Colômbia, Nicarágua e Costa Rica, entre outros.

Em 2010, o Grupo deu continuidade aos bons resultados. O faturamento cresceu 32%, atingindo 19.630 milhões de euros, enquanto o EBITDA consolidado foi de 4.477 milhões de euros, 14,1% maior que o do período anterior. O resultado líquido foi de 1.201 milhões de euros, desempenho que traduz um aumento de 0,5% em comparação com 2009.

A Gas Natural Fenosa está agora centrada na elaboração de um novo Plano Estratégico 2010/2014. O novo Plano vai incluir investimentos em energias renováveis, já que a empresa tem neste setor uma de suas prioridades, especialmente no que diz respeito a projetos de energia renovável que sejam rentáveis no futuro.



Gas Natural Fenosa no Brasil: mais um ano de crescimento

Em 2010, pela primeira vez, o Brasil fez parte do seleto grupo dos dez países que mais receberam investimentos diretos estrangeiros. O Grupo Gas Natural Fenosa, em 12 anos de gestão, sempre apostou no país através de suas empresas CEG, CEG RIO, Gas Natural São Paulo Sul e Gas Natural Serviços – que atua em sete estados brasileiros no segmento de negócios não regulados.

No Brasil, o Grupo já investiu mais de R\$ 4,1 bilhões em infraestrutura e projetos de eficiência e melhoria da qualidade de distribuição de gás.

Suas empresas formam a maior distribuidora de gás do país, com mais de 800 mil clientes. Já estão presentes em 56 municípios e contam com 6.285 km de redes de distribuição, respondendo por 7% dos resultados do Grupo no mundo.

Se considerada apenas a América Latina, este percentual brasileiro passa para 23%, em todas as linhas de negócio. Levando em conta apenas o mercado de distribuição de gás na América Latina, o Brasil responde por 49% dos negócios nessa área. Com isso, a Gas Natural Fenosa é líder em distribuição de gás na América Latina.

Em 2010, as empresas do Grupo no Brasil apresentaram Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) de R\$ 761.963 mil e lucro líquido de R\$ 315.877 mil.

Como objetivo de identificar níveis de qualidade e segurança equivalentes aos praticados na Europa, as empresas do Grupo Gas Natural Fenosa passaram em 2010 por uma auditoria em seus procedimentos de Projeto, Construção e Manutenção das redes. Esta auditoria foi realizada pela Kiwa Gas Technology, renomada empresa holandesa no setor. De modo geral, a conclusão foi de que os procedimentos adotados estão em conformidade com aqueles praticados nas melhores companhias de distribuição de gás do mundo.

Todas as empresas do Grupo mantiveram as valorações dos índices de segurança muito positivas, medidas de acordo com as mais eficientes referências internacionais e dentro dos objetivos fixados no início do ano pelo Grupo.

Mais do que resultados satisfatórios, 2010 marcou o início de novas atividades da Gas Natural Fenosa no Brasil, ampliando as áreas de negócios e atendendo a um mercado cada vez mais amplo, com a *expertise* de um Grupo vencedor, reconhecido mundialmente.



**Mais um ano
de indicadores
favoráveis.**



Evolução da Atividade

A CEG fechou 2010 com indicadores favoráveis. Chegou ao total de 758.509 clientes, o que representa 11.770 novos usuários, sendo que já são mais de 740 mil clientes residenciais atendidos. As vendas no segmento industrial tiveram acréscimo de 36%. No segmento de termelétricas foi registrado recorde de vendas, 164% a mais do que o ano anterior. O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 508.160 mil do ano superou em 27,51% o de 2009.

Integrada à realidade dos locais onde desenvolve suas atividades, a Companhia já se envolveu com as obras de infra-estrutura urbana visando a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. No Rio, a Companhia foi convocada pela Prefeitura da cidade, juntamente com todas as demais empresas de serviços públicos, para apresentar procedimentos especiais visando ter o subsolo da cidade totalmente mapeado.

A CEG respondeu prontamente e foi a primeira concessionária que forneceu o mapeamento digital completo de toda a sua rede. São cerca de 250 mil mapas que, além da localização, tra-

zem características técnicas sobre a tubulação. A Companhia também é a única empresa que cumpre o Decreto Municipal nº 28.002/2007 que “dispõe sobre a permissão de uso de logradouros públicos”.

Ainda dentro deste cenário de preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016, a CEG realizou, em colaboração com o Município do Rio de Janeiro e a Câmara Espanhola de Comércio, o evento “Os Jogos Olímpicos e a cidade: Conexão Rio-Barcelona. O objetivo foi reunir pessoas e entidades que viveram a experiência de organizar e desenvolver o projeto olímpico de Barcelona, em 1992.

Em 2010, a CEG celebrou com a Petrobras um aditivo de prazo ao contrato de fornecimento de gás natural vigente para o mercado convencional, prorrogando-o por mais dois anos, até 31/12/2014. Essa prorrogação permitirá que a demanda de vendas de gás projetada para os próximos anos sejam plenamente atendidas.

Buscando opções para expansão de sua rede, a Companhia chegou em 2010 ao município



de Maricá, dando início ao abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

O projeto de expansão e conservação da rede da CEG recebeu investimentos de R\$ 75 milhões dos quais mais de R\$ 45 milhões foram aplicados em conservação e quase R\$ 24 milhões destinados às novas tubulações. Nos últimos 5 anos, já chega a 692,4 km o total de rede renovada.

Em um ano de muitas conquistas, algumas questões legais que estavam pendentes também tiveram desfecho positivo. Depois de anos sendo discutida, a Lei do Gás foi finalmente aprovada, abrindo novas oportunidades para investimentos do setor privado no país. A grande novidade da Lei é que a construção dos gasodutos será feita por meio de concessão – anteriormente era realizada através de acordo – com validade de 10 anos.

A Companhia participou de dois leilões eletrônicos de gás natural de curto prazo, promovidos pela Petrobras, adquirindo cerca de 0,69 Mm³/dia, equivalente a aproximadamente 15%

das retiradas médias, visando atender a grandes clientes industriais e ao mercado em geral, e a um custo com desconto médio próximo de 52% em relação ao custo de longo prazo, definido contratualmente.

Além disso, no final do ano, a CEG assinou com a UTE Furnas Santa Cruz, o primeiro contrato, no Brasil, sob a forma de consumidor livre, com valor potencial de R\$ 400 milhões.

Os resultados positivos da gestão da Companhia continuaram a ter em 2010 o reconhecimento devido, quer seja na área técnica, ou na de atendimento ao cliente. Na área de seu core business, as redes, o BNDES aprovou linha de crédito para a CEG no valor de R\$ 239 milhões.

No que se refere ao reconhecimento da sociedade, a Companhia recebeu em 2010 dois importantes prêmios de atendimento ao cliente: Prêmio Excelência em Contact Center – PECC, e o Prêmio ABT – Pioneiro na Valorização da Excelência no Relacionamento com o Cliente, na categoria Serviço Público do Estado.

Atividade Comercial

No ano de 2010, a CEG atingiu o total de 758.509 clientes, o que significa um incremento líquido de 11.770 usuários atendidos em toda área de concessão, com aumento de 2% em comparação com o exercício anterior. Esse resultado fez com que a Companhia chegasse a um total de 194.122 novos clientes desde a privatização, em 1997. Para atender a essa demanda, foram feitos mais de 1.624 km de novas redes, o que permitiu à CEG fechar o ano com um total de 3.873 km.

Número de Clientes	2010	2009	Variação
Residencial	747.269	735.475	2%
Comercial	10.477	10.509	0%
Industrial	330	332	-1%
Geração Elétrica	2	2	0%
Postos de GNV	431	421	2%
Total	758.509	746.739	2%

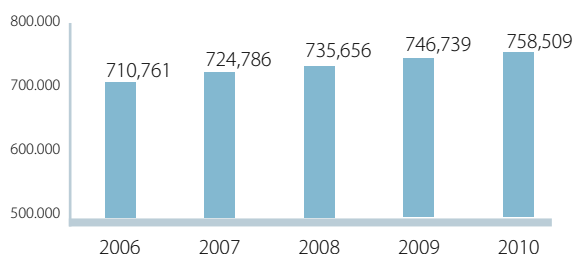
O desenvolvimento da atividade comercial foi feito em 17 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João Meriti, Seropédica e Maricá. Destes municípios, Maricá é atendido por meio de sistemas de gás comprimido (GNC)

No município do Rio de Janeiro já são mais de 740 mil clientes residenciais atendidos. Na região de São Gonçalo e Niterói o número chega a 38.123, e nos municípios que compõem a Baixada Fluminense a CEG já fornece gás natural para mais de 7.290 clientes residenciais.

Depois do segmento residencial, aquele que também obteve incremento em número de clientes com relação ao exercício anterior foi o de GNV (gás natural veicular), com mais 10 novos postos atendidos, somando 431 em toda a região metropolitana do Rio de Janeiro. São 03 novos postos em São João de Meriti, 01 em São Gonçalo e, 06 novos postos na capital carioca.

No segmento de pequenos comércios são atendidos 10.174 clientes e no grande comércio 303. Já no segmento industrial, a CEG fornece gás a 330 indústrias.

Crescimento do número de clientes nos últimos cinco anos



Mercado industrial incrementou vendas convencionais

No segmento industrial houve um acréscimo de 36% das vendas, resultado da participação da CEG nos leilões de gás natural realizados pela Petrobras; da entrada em operação da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA e também da estabilização econômica ocorrida no país, o que aumentou a atividade industrial.



17 municípios já contam com o gás natural

No mercado comercial houve incremento de 5% no volume de vendas e no residencial uma redução de 1% mas esta muito em função do inverno atípico ocorrido no ano, que chegou a registrar temperaturas em torno de 37°.

Com o objetivo de recuperar o nível de vendas e fomentar o número de conversões para o mercado de gás natural veicular (GNV), foi realizada, no segundo semestre de 2010, uma campanha publicitária dividida em duas fases que visou esclarecer as vantagens econômicas do gás natural frente aos demais combustíveis. A primeira fase abordou o rendimento superior do produto e a segunda destacou aos usuários o benefício fiscal obtido com a redução do IPVA.

O resultado deste esforço de comunicação foi a manutenção do volume vendido frente a 2009, quando o mercado brasileiro teve uma queda de 5% no volume total de venda de GNV, ou ainda, queda de 8,5% no restante do Brasil, sem considerar o estado do Rio de Janeiro.

Vendas Geração Elétrica

Em 2010 as termelétricas do Rio de Janeiro na área de concessão da CEG registraram recorde de vendas, aumentando 164% em comparação com o ano anterior por motivos de razão energética e para garantia de suprimento energético. O despacho médio das térmicas, em 2010, chegou a 3,8 Mm³/dia.

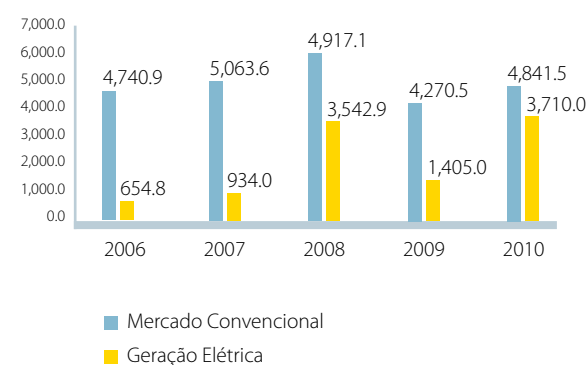
Com a UTE Furnas Santa Cruz a CEG assinou, pela primeira vez no País, um contrato na cate-

goria de consumidor livre. O contrato é por um período de 15 anos e tem valor potencial de R\$ 400 milhões.

Também foram assinados os aditivos aos contratos de compra e venda de gás para as UTE's Termorio e Eletrobolt, ambas da Petrobras, o que resultou na prorrogação dos contratos por mais dois anos.

Vendas (mil m ³ /dia)	2010	2009	Var. (%)
Residencial	302,1	304,1	-0,01
Comercial	212,2	202,4	0,05
Industrial	2.133,4	1.564,9	0,36
Postos de GNV	2.193,8	2.199,1	0,00
Total do mercado convencional	4.841,5	4.270,5	0,13
Geração Elétrica	3.710,0	1.405,0	1,64
Total	8.551,5	5.675,5	-0,22

Crescimento do volume de vendas em (mil m³/dia)



Serviço a Clientes

Melhora dos indicadores e reconhecimento externo

Com o objetivo de continuar melhorando cada vez mais seu relacionamento com os clientes, a CEG implantou novos serviços que impactaram positivamente o índice de satisfação, que apresentou queda de 16% no número de reclamações e aumento de 22% nos acordos de Juizados Especiais. Como resultado de medidas de fidelização, foram retidos 65% dos clientes contatados.

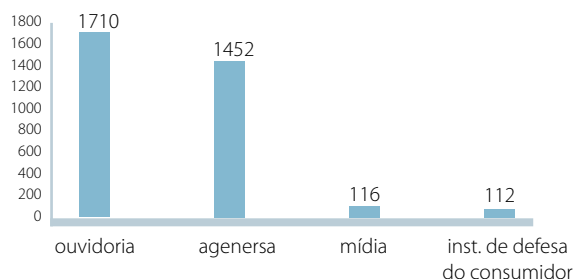
Para chegar a esses índices, a CEG manteve seus canais de diálogo com associações de moradores, representantes de condomínios e órgãos de defesa do consumidor. Também desenvolveu novas campanhas sobre a importância do cumprimento das condições de segurança no uso do gás natural. Merecem destaque as campanhas motivacionais internas, que aumentaram o envolvimento de todas as áreas da companhia no relacionamento com os clientes.

A implantação de software próprio para gestão de leituras – SGL – e a realização do serviço de leitura de consumo através de celular – que permite fotografar os medidores no ato da leitura – deram maior confiabilidade ao processo de faturamento. Da mesma forma, a emissão de notas fiscais eletrônicas de fornecimento para os clientes GNV e notas fiscais eletrônicas de serviços para os demais clientes, proporcionaram maior transparência na tributação de impostos junto à Secretaria Municipal da Fazenda.

O reconhecimento a todo o esforço na busca pelo melhor atendimento fez com que a CEG recebesse dois importantes prêmios: o Prêmio Excelência em Contact Center – PECC, e o Prêmio ABT (Pioneiro na Valorização da Excelência

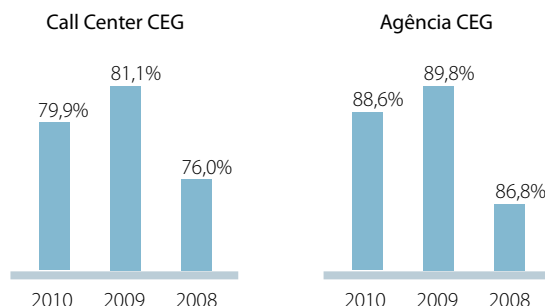
no Relacionamento com o Cliente), e os serviços de Assistência Técnica ao Cliente que foram realizados com índice de não conformidade inferior a 1%. Outro ponto positivo na prestação desses serviços ao cliente foi o início da utilização de motocicletas, o que reduziu o tempo de chegada dos técnicos às residências, alcançando a eficiência de 87%.

Foram atendidos em 2010, 3.390 clientes através da Oficina de Garantia de Serviço ao Cliente:



Índice Global de Satisfação de Clientes

	2010	2009	2008	Varição 2010x2009
Global CEG	87,4%	87,4%	88,1%	-
Reclamações	63,9%	42,9%	48,4%	49%
Call Center CEG	79,9%	81,1%	76,0%	-1%
Agências CEG	88,6%	89,8%	86,8%	-1%



Atividade Técnica

Em 2010 foram executadas importantes ações técnicas que ampliaram e otimizaram o fornecimento de gás à cidade. Graças a instalação do sistema de controle de pressão na Estação de Regulagem e Medição, foi aumentada a capacidade do sistema de alta pressão do Rio de Janeiro em 20 mil metros cúbicos hora, com monitoramento online, realizado pelo Centro de Controle de Operações da Rede da CEG.

Também o sistema de alta pressão dos bairros da Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá foi ampliado, com o aumento da capacidade de 12 para 18 mil metros cúbicos por hora, ampliação esta, possível após a Remodelação da Estação de Regulagem e Medição Silva Vale.

Dando prosseguimento ao programa de renovação de redes antigas da cidade, foram substituídos 27.295 metros e 1.148 ramais. Neste trabalho, a segurança foi um objetivo prioritário na linha de atuação da CEG. A Companhia manteve as valorações dos índices de segurança muito positivas, medidas de acordo com

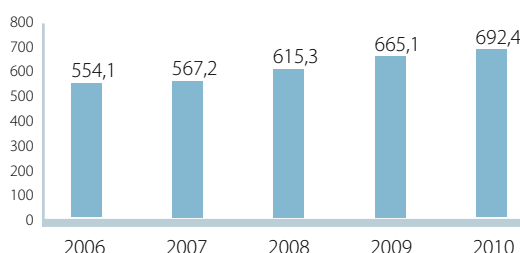
as mais eficientes referências internacionais e dentro dos objetivos fixados no início do ano pelo Grupo.

Junto a outras Concessionárias e a órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro, sob coordenação da CEG, foi formado um Grupo de Trabalho visando o mapeamento das redes de utilidades existentes no subsolo da cidade. Para isso, está sendo desenvolvido um sistema (GEOVIP) contendo a base cartográfica do município, base sobre a qual será inserida a localização das redes assentadas. Este sistema proporcionará maior segurança nas ações de construção e manutenção de todos os concessionários e facilitará a coordenação das ações no subsolo da cidade.

Foi ainda construída a rede de abastecimento do novo Centro de Pesquisa Cenpes II da Petrobras, na Ilha do Fundão, totalizando o assentamento de 1,3 km de tubos de aço, o que possibilitou o aumento do consumo de gás natural em aproximadamente 1 milhão de metros cúbicos mês.

Período	Renovação da Rede (extensão em metros)	Aplicação de líquido selante (em metros)	Substituição de ramal completo (Nº de ramais)	Troca de válvula de ramal (Nº de válvulas)
2010	27.295	0	1.148	0
Total (de 1997 a 2010)	692.437	187.557	33.101	50.023

Renovação das redes nos últimos cinco anos (km)



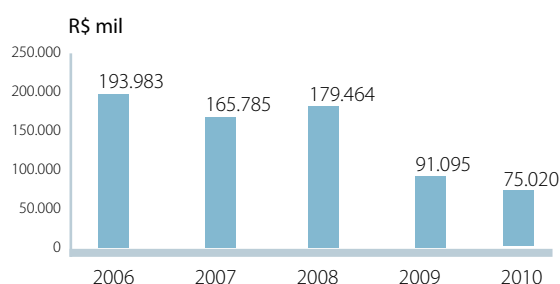
Recursos Investidos

Em 2010, a Companhia investiu R\$ 75 milhões dos quais mais de R\$ 45 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e quase R\$ 24 milhões foram destinados ao projeto de expansão comercial.

Em comparação com o exercício anterior, observa-se no período uma redução de apenas R\$ 16 milhões no total de investimentos realizados. Esta redução se deu, sobretudo, no programa de conservação e renovação das redes de gás, que em 2009 recebeu R\$ 58 milhões. Mas ainda assim, esse programa concentrou 60% de todos os recursos investidos em 2010 pela Companhia.

Já com relação às suas atividades operacionais, a Companhia reduziu os investimentos em cerca de R\$ 3 milhões, resultado de uma política de contenção de gastos que teve continuidade ao longo do ano.

Investimentos realizados nos últimos 5 anos



Sumário Financeiro

Na análise deste sumário financeiro é importante observar que os valores relativos ao exercício de 2009 sofreram ajustes, em comparação com os dados divulgados no Relatório Anual anterior, em razão da adoção das novas práticas contábeis vigentes no Brasil a partir do exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2010. Essas novas práticas incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e o padrão internacional de apresentação das demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS).

Receita Líquida

Em 2010 as receitas líquidas da Companhia corresponderam a R\$ 2.263.645 mil, o que representou um aumento de 30,25% em comparação com o ano anterior, quando somaram R\$ 1.737.885 mil. Este aumento é reflexo principalmente da recuperação da atividade industrial observada em 2010, ano pós-crise econômica.

Lucro Bruto

O lucro bruto em 2010 foi de R\$ 674.634 mil, superando em 11,1% o resultado obtido no ano anterior, o que representa uma margem bruta de 30,59%. Essa margem é inferior em 06 pontos percentuais à apresentada em 2009.

Resultado Financeiro

O ano de 2010 ainda esteve impactado pela crise financeira iniciada no último trimestre de 2008 e, embora se verifique uma recuperação decorrente da retomada da atividade industrial, ainda não atingiu os mesmos resultados de 2008.

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) – que em 2009 foi

caracterizada pela redução da taxa básica de juros (Selic) – sofreu reversão ao final de 2010 com tendência de elevação visando conter a alta da inflação.

Apesar do impacto referente à subida da Selic, a Companhia apresentou em 2010 um menor custo financeiro, frente ao ano de 2009. Este impacto, somado à redução do endividamento, gerou menor gasto financeiro com dívida, frente ao exercício anterior.

O resultado financeiro apresentou em 2010 o valor negativo de R\$ 82.260 mil, frente ao valor negativo de R\$ 74.637 em 2009. Apesar do menor custo financeiro citado anteriormente, a Companhia apresentou um maior gasto com atualização monetária de processos em tramitação nas vias judiciais e variação monetária positiva ocorrida em 2009, o que não se repetiu no ano de 2010.

O endividamento financeiro da empresa, que era de 53,9% em 2009, caiu para 49,2% em 2010.

Lucro Operacional

O lucro operacional de 2010 foi de R\$ 400.652 mil, portanto maior do que o obtido em 2009, de R\$ 296.251 mil, o que representa um incremento de 35,24%.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício fechou em R\$ 230.043 mil, verificando-se um aumento de R\$ 74.720 mil, ou seja, 48,1% superior ao exercício anterior.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2010	2009	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	2.263.645	1.737.885	30,25
Lucro bruto	674.634	607.234	11,10
Lajida (Ebitda)	508.160	401.503	26,56
Lucro operacional	400.652	296.251	35,24
Lucro líquido do exercício	230.043	155.323	48,11

Lajida (Ebitda)

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 508.160 mil do ano supera em 26,56% o obtido em 2009. É resultado da redução de custos operativos e aumento da margem de gás e demonstra o

comportamento favorável que apresentam os negócios da Companhia, o qual se reflete na manutenção do crescimento médio anual do Lajida em torno dos 30% nos últimos 06 seis anos.

	2010	2009	Varição (%)
Lajida (R\$ mil)	508.160	401.503	26,56
Lucro antes do resultado financeiro	400.652	296.251	35,24
Depreciação e amortização	100.422	97.562	2,93
Perdas e Recuperação de Créditos	7.086	7.690	-7,85



Remuneração aos Acionistas

De forma a permitir uma solução de continuidade ao programa de investimentos da Companhia e visando não sobrecarregar a sua estrutura de capital, a Diretoria propôs uma distribuição de resultados de R\$ 83.868 mil, sendo R\$ 39.007 mil a título de juros sobre o capital próprio – já aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 22/12/10 – e R\$ 44.861 mil sob a forma de dividendos.

Esses valores somados representam 64% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável. Os restantes 36% servirão como reservas para os futuros investimentos a serem realizados. Esta proposta será apreciada na Assembléia Geral de Acionistas que será realizada no mês de abril de 2011.

Financiamentos

Ao longo de 2010 a CEG manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI).

A Companhia apresentou projeto de financiamento ao BNDES referente aos investimentos para os anos de 2010, 2011 e 2012. Esse financiamento é destinado aos projetos de expansão e saturação comercial e substituição da rede de distribuição de gás natural em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, perfazendo um total de R\$ 398 milhões.

O empréstimo foi aprovado nas seguintes condições: montante de R\$ 239 milhões (correspondente a 60,0% dos investimentos apresentados); prazo total de 90 meses; e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

De acordo com o planejado, os desembolsos desse contrato serão realizados até 2013, sendo o primeiro programado para o 1º trimestre de 2011, contribuindo para o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia ao longo desse período.

A política de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2011, a meta é a manutenção da busca contínua das melhores condições de financiamento.

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural	54,16
Gas Natural Internacional SDG S.A	35,26
Gas Natural SDG S.A	18,90
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100



Panorama Tributário

Cumprindo a obrigação legal imposta pela Lei 5.098, de 15 de outubro de 2009, a Companhia passou a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e – NOTA CARIOCA em 01 de agosto de 2010, mantendo-se em conformidade com a Legislação Fiscal Brasileira e minimizando os riscos tributários do Grupo.

Para atendimento da Instrução Normativa RFB nº 1.052/2010, dos Atos Declaratórios Executivo 37 que instituem e definem o *layout* do SPED EFD – PIS/COFINS – *Sistema Público de Escrituração Digital Contribuição para o PIS/COFINS* e do Ato Cotepe nº 38/2009 que instituiu Escrituração Fiscal Digital os registros pertinentes ao *Livro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP)*, a Companhia iniciou o mapeamento para esses projetos, que no caso do SPED EFD PIS/COFINS deverá ser implantado em abril/2011 e no caso do SPED EFD CIAP deverá ser implantado em janeiro/2011.

Ao longo do ano, a Companhia buscou aumentar a eficiência operacional e de gestão fiscal, fornecendo orientações para a correta aplicação da legislação e visando desenvolver novas oportunidades de planejamento tributário, principalmente no segmento de combustível.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos com base na gestão fiscal adotada.

	2010	2009
COFINS	60.422	59.730
PIS	13.118	12.968
IRPJ	87.884	22.459
CSLL	37.001	24.036
IOF	3.107	3.282
CPMF	-	-
AGENERSA	10.494	9.537
ICMS	133.362	130.866
IPVA	117	159
IPTU	201	132
ISS	1.016	879
TOTAL	346.721	250.978



Construindo o futuro todos os dias.



Responsabilidade Social Corporativa

Publico Interno

Dando continuidade a uma nova fase de relacionamento com o público interno, a Companhia implantou programas de treinamento, desenvolvimento e reconhecimento dos colaboradores, focando suas ações na promoção de um entorno de trabalho motivador e na criação de oportunidades de desenvolvimento para todos os seus profissionais.

Principais Indicadores

Quadro de Pessoal.	
Número de empregados	439
Homens (%)	64
Mulheres (%)	36
Total de diretivos*	26
Mulheres em postos diretivos	7
Gastos de Pessoal (R\$)	68.862.000
Horas de treinamento por empregado	71
Investimento em formação anual (R\$)	1.202.399

*Diretores e gerentes

A Companhia realizou várias atividades voltadas para melhorar o clima laboral, desenvolver e reconhecer seus colaboradores.

Com o objetivo de fomentar a proximidade com a Direção e facilitar a troca de informações e comunicação da Diretoria com os empregados, foi mantido o projeto "Café da manhã com a Direção", do qual participaram cerca de 90 funcionários. Esta ação possibilitou a construção de um foro de intercâmbio de opiniões sobre temas de interesse do público interno.

Na busca por conseguir cada vez mais o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e financeira, teve continuidade o Programa Equilibra, voltado para a qualidade de vida. Foram realizadas sessões de *shiatsu* e reflexologia para os funcionários, ginástica laboral, coral, caminhada ecológica, palestras sobre saúde, alimentação, segurança e finanças.

Junto com seus colaboradores, a Companhia celebrou, ao longo do ano, datas comemorativas como o Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial da Saúde, Páscoa, Dia das Mães, Copa do Mundo, Dia Mundial sem tabaco, Dia Internacional do Homem, Dia dos Pais, Dia das secretárias, Dia das Crianças, Dia do Mestre e Natal.

Através do Programa de Reconhecimento do Empregado, a CEG vem valorizando as equipes e profissionais de alta performance.

Oportunidades de Desenvolvimento

A Companhia realizou um evento denominado Carreira em foco. Durante 6 dias os funcionários ouviram depoimentos de pessoas que fizeram carreira no Grupo, assistiram a uma série de palestras de consultores e especialistas em RH sobre auto-desenvolvimento e gestão de carreiras e tiveram a oportu-





tunidade de refletir sobre seu futuro e crescimento profissional.

Além disso, os funcionários tiveram acesso às Trilhas de carreiras definidas, possibilitando visualização das perspectivas de carreira dentro da empresa. O evento reafirmou o compromisso da empresa no desenvolvimento profissional de seus funcionários.

O *Programa de mobilidade interna* também foi apresentado como uma importante iniciativa para ampliar as possibilidades de crescimento dentro da organização, criando uma série de oportunidades de desenvolvimento: do total de vagas oferecidas, 67% foram preenchidas por colaboradores. Foram investidos R\$ 1.202.398 em mais de 40 mil horas de capacitação para os colaboradores.

Através do Programa Bolsa de Estudos – que patrocina parte importante do investimento na educação – a CEG promoveu o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores. Mais de 200 colaboradores já foram contemplados em cursos ligados às necessidades da empresa e atividades do cargo.

Foi realizado o terceiro ciclo do Programa de Avaliação de Desempenho onde a CEG conseguiu identificar o potencial de contribuição e os aspectos que necessitam ser desenvolvidos em seus colaboradores.

O Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o SENAI/RJ, preparou jovens de 14 a 21 anos nos cursos de Encanador Gasista Predial.

Políticas de Benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus empregados uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Companhia contou, no ano de 2010, com 17 tipos de benefícios entre os quais destacam-se: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio Medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio Creche, Auxílio Excepcional, Vale Refeição, Cesta Básica e Empréstimo Emergencial.

Vale destacar que este ano, a Companhia implementou a opção da extensão da licença maternidade de 4 para 6 meses. Além disso, proporcionou aos funcionários adquirir Kit de gás natural veicular (GNV) com preço especial e podendo realizar o pagamento através de desconto em folha de pagamento, com parcelamento em até 24 vezes.

Flexibilidade

Na CEG, a jornada de trabalho, exceto para os empregados de serviços essenciais, realiza-se em horários flexíveis, tanto para a entrada quanto para a saída. Os empregados podem chegar à Empresa até 1 hora depois do horário estabelecido em seu contrato de trabalho, devendo compensar no horário de saída.

Em todos os feriados que ocorrem às terças e quintas-feiras, os empregados são dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela Empresa. Às sextas-feiras, no período de horário de verão, a jornada de trabalho foi reduzida em 2 horas, mediante compensação ao longo do ano.

Relacionamento com a Sociedade

Em 2010 a CEG definiu que a educação seria o foco prioritário de seu programa de Responsabilidade Social Corporativa. Os projetos que a empresa desenvolveu buscaram fomentar o pensamento construtivo, crítico e criativo em professores da rede pública municipal e estadual e dotar as escolas públicas e privadas de ferramentas lúdicas, capazes de sensibilizar os alunos sobre a preservação do meio ambiente e cuidados no uso seguro e eficiente da energia.

Para isso, promoveu o *Seminário Jornada Educação Século XXI*, um novo olhar sobre a Educação, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Voltado para professores da Educação Infantil e dos Ensinos Médio e Fundamental, o seminário propôs uma reflexão sobre a educação através de parceria com o governo, organização não governamental e sociedade.

Educação em Niterói

A segunda edição do projeto social *Jornada Educação Século XXI*, foi realizada no Centro Universitário La Salle (Unilasalle), em Niterói. Com mais de 140 horas de atividades gratuitas – entre palestras; leitura de textos e oficinas de criação – o evento reuniu cerca de 600 profissionais e estudantes da área de Educação. O antropólogo Roberto DaMatta abriu o encontro com a palestra Sociedade e Identidade.





Investimento na formação ambiental

O Projeto “O futuro no meu jardim” foi desenvolvido em 60 escolas públicas e privadas com o objetivo de sensibilizar alunos de 9 a 14 anos sobre a importância da consciência ambiental. Foi criado pela Companhia para levar educação ambiental. Beneficiando 8.289 alunos o projeto foi criado pela Companhia para levar educação ambiental, informações sobre os tipos de energia e segurança no consumo do gás aos jovens/escola. A questão do consumo consciente e do impacto ambiental das principais fontes de energia foi apresentada em temática por meio de peça teatral com bonecos, maquetes, dinâmicas e jogos na internet.

Os colaboradores do Grupo Gas Natural Fenosa Brasil também foram convidados a levar suas famílias para assistir a uma sessão exclusiva da peça *O Futuro no Meu Jardim*, no Teatro do Jockey, em comemoração ao Dia do Meio Ambiente.

Cultura e informação para todas as idades foram levados também aos alunos de escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro, em linha com o Projeto Gás Natural nas Escolas, com dicas de segurança no uso do gás, consumo consciente e informações sobre fontes de energia.



Demonstrações financeiras

de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2010

Demonstrações financeiras

de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2010

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Companhia Distribuidora de Gás do Estado do Rio de Janeiro – CEG

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Estado do Rio de Janeiro - CEG (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Estado do Rio de Janeiro - CEG em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

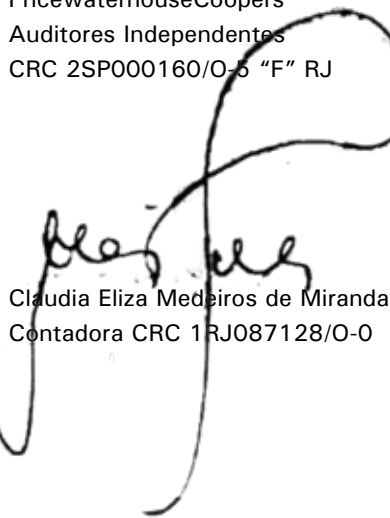
Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 23 de março 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Balancos Patrimoniais

Em milhares de Reais

Ativo	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	95.483	50.175	33.627
Aplicações financeiras (Nota 6)	2.060	4.828	20.046
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	2	142	4.255
Contas a receber de clientes (Nota 7)	310.517	238.350	287.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(28.099)	(23.740)	(18.879)
Tributos a recuperar (Nota 8)	10.435	4.131	37.307
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)	1.308	1.396	860
Adiantamentos a fornecedores	2.789	2.940	3.193
Créditos restituíveis (Nota 26.1)		27.641	
Demais contas a receber (Nota 12)	21.573	2.259	2.683
Estoques	1.289	1.273	3.827
Despesas antecipadas	3.222	2.575	3.512
	420.579	311.970	378.164
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras (Nota 6)		1.802	5.137
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	467	1.031	9.574
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	105.802	94.575	47.827
Tributos a recuperar (Nota 8)	45.399	40.665	21.078
Demais contas a receber (Nota 12)	48.972		
Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	1.944	1.940
Provisão para perdas sobre bens e direitos (Nota 11)	(920)	(1.944)	(1.940)
Depósitos judiciais (Nota 14)	47.885	41.014	37.687
Outros realizáveis a longo prazo (Nota 13)	1.975	2.567	5.078
	250.500	181.654	126.381
Investimentos	380	380	380
Intangível (Nota 15)	1.142.937	1.131.378	1.097.854
Diferido (Nota 16)	198.157	240.874	284.694
	1.341.474	1.372.632	1.382.928
	1.591.974	1.554.286	1.509.309
Total do ativo	2.012.553	1.866.256	1.887.473

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante			
Fornecedores (Nota 17)	250.087	194.346	233.655
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	958	1.338	434
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	317.210	218.730	304.104
Obrigações trabalhistas	6.939	6.332	7.377
Tributos a recolher (Nota 19)	82.735	95.034	35.375
Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	9.610	9.059	8.697
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 10)	43	1.559	3.664
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 21.2 (b))	29.648	53.844	31.128
Demais contas a pagar	3.699	2.396	1.941
	700.929	582.638	626.375
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.1)	149	170	169
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	355.437	486.385	532.720
Tributos a recolher (Nota 19)	20.628	27.106	23.196
Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	117.876	104.873	116.999
Provisão para contingências (Nota 23)	66.926	45.639	49.079
Demais contas a pagar	45	1.113	69
	561.061	665.286	722.232
Patrimônio líquido (Nota 21)			
Capital social	341.787	264.451	228.801
Reserva de capital	2.194	2.194	2.194
Reservas de lucros	419.666	350.450	313.259
Ajuste de avaliação patrimonial	(13.084)	(1.237)	(5.388)
	750.563	618.332	538.866
Total do passivo e patrimônio líquido	2.012.553	1.866.256	1.887.473

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009
Receita líquida (Nota 24)		
Venda de gás	2.186.599	1.660.685
Contratos de construção	58.146	69.756
Outras receitas	18.900	7.444
	<u>2.263.645</u>	<u>1.737.885</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Compra de gás e de serviços	(1.530.865)	(1.060.895)
Custo dos contratos de construção	(58.146)	(69.756)
Pessoal	(71.371)	(72.386)
Utilidades, materiais e serviços	(16.906)	(22.220)
Serviços e outros gastos gerais (Nota 27)	(137.353)	(96.591)
Amortizações do intangível e diferido	(100.422)	(97.562)
Obrigações com fundo de pensão (Nota 22)	(3.633)	(2.396)
Outras, líquidas (Nota 28)	(48.437)	(19.828)
	<u>(1.862.993)</u>	<u>(1.441.634)</u>
Lucro operacional	<u>400.652</u>	<u>296.251</u>
Resultado financeiro (Nota 29)		
Receitas financeiras	19.580	97.081
Despesas financeiras	(101.840)	(171.718)
	<u>(82.260)</u>	<u>(74.637)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>318.392</u>	<u>221.614</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)		
Do exercício	(93.317)	(106.180)
Diferidos	4.968	39.889
	<u>230.043</u>	<u>155.323</u>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	<u>230.043</u>	<u>155.323</u>
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	<u>4,43</u>	<u>2,99</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	230.043	155.323
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho (perda) atuarial de fundo de pensão (Nota 22)	(14.321)	6.478
Baixa de hedge de fluxo de caixa		147
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(14.321)	6.625
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	215.722	161.948

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 21.2.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros (Nota 21.2)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2009	228.801	2.194	300.101 (15.480)	(147)		530.949 (15.480)
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 23(a)(iii))						
Efeito da mudança de prática			28.638	(5.241)		23.397
Em 1º de janeiro de 2009 - ajustado	228.801	2.194	313.259	(5.388)		538.866
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					155.323	155.323
Hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos				147		147
Ganho atuarial de fundo de pensão, líquido dos impostos				6.478	6.478	6.478
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial				6.478	(6.478)	
Total do resultado abrangente do exercício				6.625	155.323	161.948
Contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas						
Aumento de capital	35.650		(35.650)			
Dividendos e juros sobre o capital próprio			(28.638)		(53.844)	(82.482)
Transferência entre reservas			101.479		(101.479)	
Total das contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas	35.650		37.191		(155.323)	(82.482)
Em 31 de dezembro de 2009	264.451	2.194	350.450	1.237		618.332



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Continuação)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros (Nota 21.2)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	264.451	2.194	350.450	1.237		618.332
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					230.043	230.043
Perda atuarial de fundo de pensão, líquida dos impostos				(14.321)	(14.321)	(14.321)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial				(14.321)	14.321	
Total do resultado abrangente do exercício				(14.321)	230.043	215.722
Contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas						
Aumento de capital	77.336		(77.336)			
Dividendos e juros sobre o capital próprio			(53.843)		(29.648)	(83.491)
Transferência entre reservas			200.395		(200.395)	
Total das contribuições dos acionistas e distribuições para os acionistas	77.336		69.216		(230.043)	(83.491)
Em 31 de dezembro de 2010	341.787	2.194	419.666	(13.084)		750.563

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	318.392	221.614
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	100.422	97.562
Resultado na baixa do intangível	(8.410)	(1.127)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa	85.069	81.677
	495.473	399.726
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(121.139)	49.383
Tributos a recuperar e diferidos	105.700	27.302
Estoques	(16)	2.554
Créditos restituíveis	27.641	(27.641)
Outros ativos	(16.294)	(4.331)
Fornecedores	55.741	(39.309)
Obrigações trabalhistas	607	(1.045)
Tributos a recolher	(113.749)	(6.981)
Partes relacionadas	(1.428)	(2.641)
Obrigações com fundo de pensão	3.745	(11.161)
Outros passivos	(4.277)	(2.334)
	(63.469)	(16.204)
Caixa proveniente das operações	432.004	383.522
Juros pagos	(62.763)	(124.983)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(121.342)	(46.495)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pagos	(4.451)	(3.933)
	(188.556)	(175.411)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	243.448	208.111
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo intangível	(71.564)	(87.497)
Recebimento de venda de ativo intangível	10.710	1.358
Aplicações financeiras	4.570	18.553
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(56.284)	(67.586)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(210.620)	(162.034)
Ingressos de empréstimo	172.000	93.889
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(103.236)	(55.832)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(141.856)	(123.977)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	45.308	16.548
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	50.175	33.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	95.483	50.175



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2010	2009
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	2.733.706	2.146.374
Outras receitas operacionais	23.280	8.379
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(7.086)	(7.689)
	<u>2.749.900</u>	<u>2.147.064</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(1.589.011)	(1.130.651)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(102.213)	(370.978)
	<u>(1.691.224)</u>	<u>(1.501.629)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.058.676</u>	<u>645.435</u>
Retenções		
Amortização	(100.422)	(97.562)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>958.254</u>	<u>547.873</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	19.580	97.081
Valor adicionado total a distribuir	<u>977.834</u>	<u>644.954</u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	41.582	43.866
Benefícios	15.094	14.570
Honorários da diretoria	3.635	3.227
	<u>60.311</u>	<u>61.663</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	313.312	156.697
Estaduais	265.263	91.061
Municipais	1.582	1.500
	<u>580.157</u>	<u>249.258</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	105.532	177.656
Aluguéis	1.791	1.054
	<u>107.323</u>	<u>178.710</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	29.648	32.529
Dividendos propostos	54.220	75.158
Lucros retidos	146.175	47.636
	<u>230.043</u>	<u>155.323</u>
Valor adicionado distribuído	<u>977.834</u>	<u>644.954</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;



- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é parte do grupo GAS NATURAL FENOSA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 15 de março de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas por alguns ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e os CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado, estão descritas na Nota 32. Ressalta-se que, em relação às normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às operações da Companhia são diferentes somente no que tange à manutenção do saldo do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado nos prazos descritos na Nota 16.

Adicionalmente, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido da Companhia, para cada trimestre de 2010 e de 2009 decorrentes da plena adoção das novas normas contábeis, estão apresentados na Nota 33. Essas informações trimestrais foram

sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicadas pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 24.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos/(perdas), líquidos".

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor (Nota 5).

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros



foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto os instrumentos derivativos associados à operação de empréstimos de longo prazo, os quais são classificados como ativo não circulante.

(b) Empréstimos concedidos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

(c) Investimentos mantidos até o vencimento

São, basicamente, os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.



2.7 Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos financeiros contratados pela Companhia são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2010 a Companhia não possuía operações em aberto classificadas como “*hedge*”.

A política adotada para a contratação das operações de derivativos está descrita nas Notas 4 e 25.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado nas Notas 18 e 25.

2.8 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*), considerando os critérios descritos na Nota 2.6. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.9 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a Contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do

reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 14).

2.12 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida-útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás poderão ser revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, uma vez que não há qualquer intenção entre as partes de não renovar a concessão, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais cor-



respondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programa de computador (softwares)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 15.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 15).

2.13 Diferido

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 16).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza estão sendo lançados no resultado do exercício.

2.14 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2010.

2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do



plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 22).

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados

pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.21 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da



taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 2.654 (2009 - R\$ 2.180).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

(e) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(f) Provisão para contingência

A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias.

(g) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de um ponto percentual a mais (1%), ou a menos, em relação às estimativas da administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão em 31 de dezembro de 2010 seria impactado em R\$ 35.800.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O



Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2010, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima e na Nota 18.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Derivativos (Deliberação CVM nº550)

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia tem o propósito de proteger suas operações de empréstimos e financiamento contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos de "swap" são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos.

Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

Swaps - são avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado na data-base, do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento.

Em conformidade com a deliberação CVM nº 550, os derivativos da Companhia podem ser assim demonstrados:

	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Valores a receber		Valores a pagar		Ganhos (perdas) realizados	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Contratos de "swaps" – curto prazo										
Posição ativa										
Moeda estrangeira	10.895	11.736	10.899	12.732						
Posição passiva										
Variação do CDI	11.429	12.452	11.855	13.927	2	142	958	1.338	(210)	(45.485)
Contratos de swap – longo prazo										
Posição ativa										
Moeda estrangeira	5.268	16.472	5.170	16.319						
Posição passiva										
Variação do CDI	5.379	17.077	4.814	15.153	467	1.031	149	170		

Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (considerando a manutenção dos mesmos níveis de câmbio e de CDI de 31 de dezembro de 2010), segundo avaliação efetuada pela administração para os próximos três meses, quando deverá ser divulgada as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III). Os resultados demonstrados simulam efeitos no resultado do exercício para 12 meses.

Risco	Instrumento/operação	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Cambial	Instrumentos financeiros derivativos – "Swap"			
	Despesa financeira	(1.803)	(2.254)	(2.704)
	Receita financeira	536	670	804
		<u>(1.267)</u>	<u>(1.584)</u>	<u>(1.900)</u>
CDI	Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos			
	Despesa financeira	(51.956)	(64.945)	(77.934)
	Receita financeira	3.048	3.810	4.572
		<u>(48.908)</u>	<u>(61.135)</u>	<u>(73.362)</u>

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito



com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 7. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

	2010	2009
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 18)	672.647	705.115
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(95.483)	(50.175)
Dívida líquida	577.164	654.940
Total do patrimônio líquido	750.563	618.332
Total do capital próprio e de terceiros	1.327.727	1.273.272
Índice de alavancagem financeira - %	43	51

A redução no índice de alavancagem financeira em 2010 foi decorrente, principalmente, da geração de caixa da Companhia, o que permitiu liquidação de empréstimos e financiamentos com vencimento no ano de 2010. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus

vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2010				
Fornecedores	250.087			
Empréstimos e financiamentos	352.885	157.277	324.538	3.782
Contas a pagar - assunção de dívida	9.709	8.022	25.441	9.582
Contas a pagar – partes relacionadas	43			
Em 31 de dezembro de 2009				
Fornecedores	194.346			
Empréstimos e financiamentos	243.064	339.825	321.463	4.198
Contas a pagar - assunção de dívida	9.317	7.565	23.990	17.858
Contas a pagar – partes relacionadas	1.559			
Em 1º de janeiro de 2009				
Fornecedores	233.655			
Empréstimos e financiamentos	331.227	208.861	540.348	3.377
Contas a pagar – assunção de dívida	8.944	8.293	26.301	19.600
Contas a pagar – partes relacionadas	3.664			

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.



5 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa e bancos	19.581	16.844	33.627
Aplicação de liquidez imediata – CDB	75.902	33.331	
	<u>95.483</u>	<u>50.175</u>	<u>33.627</u>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDB têm liquidez imediata e estão valorizadas ao seu respectivo valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

A Companhia concentra suas operações financeiras em instituições da primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de caixa e equivalente de caixa.

6 Aplicações financeiras

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Mantidas até o vencimento			
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs mantidos até o vencimento (Circulante)	2.060	4.828	20.046
Mantidas até o vencimento			
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs mantidos até o vencimento (Não circulante - realizável a longo prazo)		1.802	5.137

Referem-se as aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 100,4% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com vencimento em até 27 de julho de 2011, valorizados à taxa efetiva do contrato em contrapartida ao resultado do exercício. Essas aplicações estão atreladas às operações de empréstimos e financiamentos, e não atendem aos critérios de caixa e equivalente de caixa.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de aplicações financeiras.

7 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Consumidores			
Do setor privado	295.426	225.929	275.117
Do setor público	10.384	8.672	8.609
	305.810	234.601	283.726
Vendas de equipamentos	4.707	3.749	4.007
	310.517	238.350	287.733

Com o objetivo de cobrir o impacto da inflação de 11,88% ocorrido no período de 1º de dezembro de 2007 a 30 de novembro de 2008 as tarifas foram reajustadas em 1º de janeiro de 2009. Em fevereiro, maio, e novembro de 2009 ocorreram reduções do custo médio de aquisição do gás natural, diminuindo as tarifas nos referidos meses em 11,08%, 7,86% e 1,29%, respectivamente.

Em janeiro de 2010, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 1,59% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, além da aplicação do percentual de 2,00% sobre as margens vigentes em 31 de dezembro de 2009, visando à compensação tarifária autorizada no §1º do Art. 2º da Deliberação AGENERSA nº 427, de 27/08/09. Em fevereiro, maio, agosto e novembro de 2010, ocorreram aumentos do custo de aquisição do gás natural, impactando as tarifas nos referidos meses em 3,16%, 9,81%, 3,01% e 2,77% respectivamente.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
A vencer	226.262	177.557	223.841
Vencidas			
Até três meses	50.442	32.246	39.430
De três a seis meses	5.714	4.807	5.583
Acima de seis meses	28.099	23.740	18.879
	310.517	238.350	287.733

A totalidade dos créditos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos.

Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais



têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa, segue demonstrada a seguir:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	23.740	18.879
Provisão para impairment de contas a receber	22.903	13.880
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	(18.544)	(9.019)
Em 31 de Dezembro	28.099	23.740

A Companhia possui uma carteira de 758.509 mil clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

8 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contribuição Social (a)	9.329		13.274
ICMS a recuperar (b)	27.629	28.831	30.479
Imposto de renda retido na fonte	1.720	975	357
FINSOCIAL (c)	16.733	14.613	12.835
Outros	423	377	1.440
	55.834	44.796	58.385
Circulante	(10.435)	(4.131)	(37.307)
Não circulante - Realizável a longo prazo	45.399	40.665	21.078

(a) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

(b) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo imobilizado, no montante de R\$ 9.414 (R\$ 9.118 em 31 de dezembro de 2009), com expectativa de realização superior a um ano, além de R\$ 19.956, classificados no longo prazo em 2010, (R\$ 18.699 em 31 de dezembro de 2009 - curto prazo) referentes, principalmente, a valores do imposto a recuperar por pagamento a maior em compras de gás provenientes do Espírito Santo e Mato Grosso. Sobre os impostos pagos a maior no Espírito Santo e Mato Grosso, a Companhia já abriu processo administrativo e aguarda a sua conclusão. Por representarem pagamentos realizados a maior, não há possibilidade de perda do ativo.

(c) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 23(a)).

9 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos	96.726	84.379	47.827
PIS e COFINS diferidos (*)	9.076	10.196	
	<u>105.802</u>	<u>94.575</u>	<u>47.827</u>

(*) Incidentes sobre a receita de retroatividade contabilizada em 2009 e revertida em 2010.

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Obrigações de fundo de pensão	26.993	22.137	20.847
Provisão para devedores duvidosos	4.339	4.025	2.699
Provisão para contingências	22.755	15.517	16.687
Mudança de prática - novos CPC's	30.417	33.822	2.700
Fornecimento Governo	7.986	3.623	2.996
Outras	4.236	5.255	1.898
Ativo não circulante	<u>96.726</u>	<u>84.379</u>	<u>47.827</u>



(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre:						Total
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecimento governo	Mudanças de práticas	Outras provisões	
Em 1º de janeiro de 2009	20.847	2.699	16.687	2.996	2.700	1.898	47.827
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.290	1.326	(1.170)	627	34.459	3.357	39.889
Creditado (debitado) nos lucros abrangentes					(3.337)		(3.337)
Em 31 de dezembro de 2009	22.137	4.025	15.517	3.623	33.822	5.255	84.379
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	4.856	314	7.238	4.363	(10.784)	(1.019)	4.968
Creditado (debitado) nos lucros abrangentes					7.379		7.379
Em 31 de dezembro de 2010	26.993	4.339	22.755	7.986	30.417	4.236	96.726

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que os créditos em 31 de dezembro de 2010 sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

2011	24.919
2012	33.646
2013	13.895
2014	13.895
2015	13.895
2016	2.776
2017	2.776
	<u>105.802</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10 Contas com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Gas Natural SDG, S.A.	141	42	99	8.443
CEG Rio S.A.	1.030		9.499	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	84		534	
Gás Natural Serviços S.A.	52	1	256	16
Gás Natural do Brasil S.A.	1		12	95
Em 31 de dezembro de 2010	1.308	43	10.400	8.554
Em 31 de dezembro de 2009	1.396	1.559	10.241	7.542

Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão-de-obra.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Salários e encargos	2.336	2.180
Honorários de diretoria	3.635	3.227
Participação nos lucros	465	422
Planos de aposentadoria e pensão	64	51
Outros benefícios	245	250
	6.745	6.130



11 Provisão para perdas sobre bens e direitos

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Empréstimo compulsório		1.024	1.020
Aplicação em incentivos fiscais	920	920	920
	920	1.944	1.940

Com base na ausência de expectativa da realização dos créditos referentes a empréstimo compulsório sobre combustível, a Companhia resolveu reconhecer a perda destes créditos, baixando integralmente a provisão existente.

O incentivo fiscal é constituído basicamente por aplicações no FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia e estão registrados em "Outros Realizáveis a Longo Prazo".

12 Demais contas a receber

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Adiantamentos a funcionários	822	776	674
Cartões corporativos	1.325	1.385	1.138
Outros devedores (i)	68.398	98	871
	70.545	2.259	2.683
Não circulante	(48.972)		
Circulante	21.573	2.259	2.683

(i) Refere-se, substancialmente, a contas a receber junto à CEDAE. Em 2010, a Companhia realizou um acordo com a referida empresa, no processo judicial, no qual questionava pagamentos indevidos no período compreendido entre o ano 1980 a 1999, visto que, neste período, apenas 1/5 da água consumida pela CEG era coletada pela CEDAE, sem que nenhuma parcela fosse efetivamente tratada. Com a realização do citado acordo, a CEG recuperou os gastos que eram discutidos na referida ação judicial, no valor de R\$ 58 milhões. Assim sendo, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do acordo, registrando a recuperação dos gastos em "Outras Receitas Operacionais", tendo em, 31 de dezembro de 2010, contra partida no ativo no valor de R\$ 19.333 com expectativa de realização a curto prazo, e R\$ 33.833 com expectativa de realização a longo prazo. Esse recebível será pago em 33 parcelas mensais remanescentes, sendo que sobre o saldo devedor incide atualização anual pelo IGP-M. O saldo remanescente registrado no ativo não circulante está descrito na Nota 23(a)(ii).

13 Outros realizáveis a longo prazo

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caução contratual	34	34	34
Despesas Antecipadas	1.941	2.055	3.502
Outros devedores		478	1.542
	<u>1.975</u>	<u>2.567</u>	<u>5.078</u>

14 Depósitos judiciais

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ICMS (a)	2.304	2.139	2.000
INSS (a)	14.029	13.175	12.212
Processo Administrativo - SRF (b)	5.045	4.717	4.309
CIDE (c)	6.807	6.262	5.918
Penhora Judicial	5.183	3.217	2.525
Trabalhistas	14.248	11.260	10.471
Outros	269	244	252
	<u>47.885</u>	<u>41.014</u>	<u>37.687</u>

- (a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE. Em 2009, a provisão não havia sido constituída pois os consultores jurídicos da Companhia julgavam a ação como chances de êxito possíveis.



15 Intangível

	Servidões de passagem	Software	Contrato de concessão	Total em operação	Intangível em anda- mento (*)	Total
Em 1º de janeiro de 2009	1.486	19.590	1.070.357	1.091.433	6.421	1.097.854
Aquisição			82.771	82.771	4.726	87.497
Baixa líquida			(231)	(231)		(231)
Transferência para intangível em operação		5.636		5.636	(5.636)	
Amortização	(147)	(7.525)	(46.070)	(53.742)		(53.742)
Em 31 de dezembro de 2009	1.339	17.701	1.106.827	1.125.867	5.511	1.131.378
Custo total	3.627	63.077	1.659.438	1.726.142	5.511	1.731.653
Amortização acumulada	(2.288)	(45.376)	(552.611)	(600.275)		(600.275)
Valor residual	1.339	17.701	1.106.827	1.125.867	5.511	1.131.378

	Servidões de passagem	Software	Contrato de concessão	Total em operação	Intangível em andamento (*)	Total
Em 1º de janeiro de 2010	1.339	17.701	1.106.827	1.125.867	5.511	1.131.378
Aquisição			68.466	68.466	3.099	71.565
Baixa líquida			(2.301)	(2.301)		(2.301)
Transferência para intangível em operação		1.510		1.510	(1.510)	
Amortização	(147)	(7.253)	(50.305)	(57.705)		(57.705)
Em 31 de dezembro de 2010	1.192	11.958	1.122.687	1.135.837	7.100	1.142.937
Custo total	3.627	64.587	1.725.603	1.793.817	7.100	1.800.917
Amortização acumulada	(2.435)	(52.629)	(602.916)	(657.980)		(657.980)
Valor residual	1.192	11.958	1.122.687	1.135.837	7.100	1.142.937
Taxas anuais de amortização (%)	6,7 e 5,0	20	Diversas			

(*) Intangível em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC01, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, a totalidade do ativo imobilizado, cujo total monta a R\$ 1.070.357, para intangível, pois todos os bens são vinculados à concessão e estão sujeitos à reversão no final do prazo do Contrato de Concessão, conforme divulgado na Nota 2.11, sendo que esses montantes, em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, são compostos pelos seguintes ativos:



	Edificações		Instalações		Máquinas e de informática		Equipamentos		Rede		Total em	
	Terrenos e obras civis	Edificações	Instalações	Máquinas e de informática	Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	de gás	Outros	Obras em andamento	Operação	Total
Em 1º de janeiro de 2009	3.892	6.282	438	5.932	5.734	1.589	4.111	914.071	499	942.548	127.809	1.070.357
Aquisição		(22)		726	840	1.376	1.421	12.198	46	16.607	66.164	82.771
Baixa líquida							(202)	(7)		(231)		(231)
Transferência para intangível em operação	591							113.073		113.664	(113.664)	
Amortização	(457)		(33)	(1.597)	(2.028)	(305)	(1.153)	(40.301)	(196)	(46.070)		(46.070)
Em 31 de dezembro de 2009	3.892	6.394	405	5.061	4.546	2.660	4.177	999.034	349	1.026.518	80.309	1.106.827
Custo total	3.892	29.289	9.914	85.852	19.803	8.979	9.554	1.410.792	1.054	1.579.129	80.309	1.659.438
Amortização acumulada		(22.895)	(9.509)	(80.791)	(15.257)	(6.319)	(5.377)	(411.758)	(705)	(552.611)		(552.611)
Valor residual	3.892	6.394	405	5.061	4.546	2.660	4.177	999.034	349	1.026.518	80.309	1.106.827
Em 1º de janeiro de 2010	3.892	6.394	405	5.061	4.546	2.660	4.177	999.034	349	1.026.518	80.309	1.106.827
Aquisição	50			471	371	838	513	8.731	125	11.099	57.367	68.466
Baixa líquida	(2.051)	(81)		(108)	(4)	(8)	(16)	(33)		(2.301)		(2.301)
Transferência para intangível em operação		461		19.933		20		45.812		66.226	(66.226)	
Amortização		(472)	(31)	(3.381)	(1.695)	(425)	(1.156)	(42.944)	(201)	(50.305)		(50.305)
Em 31 de dezembro de 2010	1.891	6.302	374	21.976	3.218	3.085	3.518	1.010.600	273	1.051.237	71.450	1.122.687
Custo total	1.891	29.669	9.914	106.148	20.170	9.829	10.051	1.465.302	1.179	1.654.153	71.450	1.725.603
Amortização acumulada		(23.367)	(9.540)	(84.172)	(16.952)	(6.744)	(6.533)	(454.702)	(906)	(602.916)		(602.916)
Valor residual	1.891	6.302	374	21.976	3.218	3.085	3.518	1.010.600	273	1.051.237	71.450	1.122.687
Taxas anuais de depreciação (%)	4	3,3	10 e 20	20	10	20	20	3,3	Diversas			

A rubrica "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$ 3.692 (R\$ 5.938 em 31 de dezembro de 2009) à taxa média de 11,35% (11,59% em 31 de dezembro de 2009).

16 Diferido

	Conversão	Captação de clientes	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2009	139.054	145.264	376	284.694
Amortização	(23.617)	(20.092)	(111)	(43.820)
Em 31 de dezembro de 2009	115.437	125.172	265	240.874
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(122.282)	(75.748)	(844)	(198.874)
Valor residual	115.437	125.172	265	240.874
Em 1º de janeiro de 2010	115.437	125.172	265	240.874
Amortização	(22.515)	(20.092)	(110)	(42.717)
Em 31 de dezembro de 2010	92.922	105.080	155	198.157
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(144.797)	(95.840)	(954)	(241.591)
Valor residual	92.922	105.080	155	198.157
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imo-



bilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

17 Fornecedores

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
De gás	199.819	152.541	183.478
De materiais	10.833	21.971	29.219
De serviços	39.435	19.834	20.958
	<u>250.087</u>	<u>194.346</u>	<u>233.655</u>

18 Empréstimos e financiamentos

A Companhia tem como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pôde contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

Os resultados referentes ao ganho ou perda das operações de swap são registrados como receitas ou despesas financeiras, respectivamente.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Empréstimos e financiamentos			
Financiamentos	210.283	267.684	294.139
Linhas de crédito	462.364	437.431	542.685
	<u>672.647</u>	<u>705.115</u>	<u>836.824</u>
Total do passivo			
Circulante	317.210	218.730	304.104
Não circulante - exigível a longo prazo	355.437	486.385	532.720
	<u>672.647</u>	<u>705.115</u>	<u>836.824</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data. As operações com derivativos são ajustadas contabilmente com MTM (mark-to-market) dos mesmos.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional								
Banco Itaú BBA S.A.		100%	13.106			11.571	29.140	
BNP Paribas Brasil S.A.		100%			9.901		20.017	9.800
União de Bancos Brasileiros S.A. - Unibanco		100%	54.094	33.333	19.715	80.562	53.367	66.667
Banco Bradesco S.A.		100%	16.447			14.876	15.056	
Banco Safra S.A.		100%	47.527		30.373	24.667		21.571
Banco Alfa de Investimento S.A.		100%	29.760	20.800	23.349	49.600	24.779	72.000
Banco HSBC S.A.		100%	1.204	50.000	8.372		12.085	8.333
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	31.451		1.173	30.000	1.685	30.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	100%		42.757	151.290	45.113	193.377	35.799	199.088
Banco Santander S.A.		100%	40.195		160	40.000	223	40.924
Outros		100%	29.647	94.800	68.112	25.000	20.994	44.800
			<u>306.188</u>	<u>350.223</u>	<u>206.268</u>	<u>469.653</u>	<u>213.145</u>	<u>493.183</u>
(b) Em moeda estrangeira								
Banco Santander S.A.		100%					28.623	
European Investment Bank - BEI	100%		10.489	5.214	10.903	16.178	17.055	36.735
Banco ABN AMRO Real S.A.		100%					42.621	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	100%		533		1.559	554	2.660	2.802
			<u>11.022</u>	<u>5.214</u>	<u>12.462</u>	<u>16.732</u>	<u>90.959</u>	<u>39.537</u>
Total empréstimos e financiamentos (**)			<u>317.210</u>	<u>355.437</u>	<u>218.730</u>	<u>486.385</u>	<u>304.104</u>	<u>532.720</u>

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(**) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o ano de 2010 com um custo médio de captação de 110,6 % do CDI (110,9% - 31 de dezembro de 2009).

As operações de financiamentos referem-se a:

(i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2011 e caução de contas a receber da Companhia correspondente a cinco vezes o valor da parcela vincenda como garantia. Parte do financiamento tem encargos calculados pela variação cambial que foi trocado



("swap") para 129% da variação do CDI. O saldo restante é atualizado pela TJLP acrescido de 4% ao ano.

(ii) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária e custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

(iii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária e custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

(iv) Em 21 de novembro de 2003, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos - BEI, no montante de quarenta milhões de dólares. Esse financiamento possui prazo de carência de dois anos e vencimento final em 2012. Os encargos são calculados pela variação do dólar acrescida, da libor mais 0,15% ao ano e foram trocados ("swap") para 101,9% da variação do CDI. Esse financiamento também está destinado aos projetos de ampliação, renovação e conversão da rede de gás. É condição suspensiva para utilização dos recursos captados com o BEI, que as obrigações da Companhia previstas no contrato de financiamento sejam garantidas por meio de uma prestação de garantia. Dessa forma, a Companhia firmou um Contrato de Prestação de Garantia com instituições financeiras (Partes Garantidas) e, nos termos do referido contrato, as garantias estão sendo prestadas por dois agentes garantidores ao custo de 0,45% ao ano, e têm, como lastro, recebíveis da Companhia na proporção de 20% do saldo devedor. As referidas garantias foram dadas por prazo de quatro anos e possuem vencimento em março de 2012.

(v) As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano. As mesmas têm um custo médio de captação de 111,1% ao ano e não tem garantias oferecidas.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2010			169.381
2011		275.590	169.026
2012	127.548	82.715	76.073
2013	156.586	56.586	49.922
2014	39.919	39.919	33.255
2015	29.508	29.508	33.592
2016	1.876	2.067	1.471
	<u>355.437</u>	<u>486.385</u>	<u>532.720</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 16.500 com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

19 Tributos a recolher

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto de renda a pagar	52.349	65.599	12.673
Contribuição social a pagar	3.210	3.993	329
ICMS	15.789	9.626	13.572
PIS	1.314	1.078	928
COFINS	4.940	5.254	4.275
FINSOCIAL (Nota 23(a)(iii))		24.126	23.196
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (i)	17.853		
Outros	7.908	12.464	3.598
	103.363	122.140	58.571
Circulante	(82.735)	(95.034)	(35.375)
Não circulante - Exigível a longo prazo	20.628	27.106	23.196

(i) Em 2010, a Companhia confirmou a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS e concluiu os estudos para a identificação dos tributos que estavam em discussão a fim de incluí-los no referido programa. A Companhia pretende pagar o referido montante em 30 parcelas mensais. Ver detalhes adicionais na Nota 23(a)(iii).

20 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	318.392	318.392	221.614	221.614
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(79.598)	(28.655)	(55.403)	(19.945)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	7.412	2.668	8.132	2.928
Deliberação CVM nº 371/2000	58	20	710	256
Ajustes RTT	1.384	498	(13)	(5)
Outros	5.878	1.986	(1.511)	(1.440)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	(64.866)	(23.483)	(48.085)	(18.206)
Alíquota efetiva	20%	7%	22%	8%



Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2010 e 2009, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	35,26
Gas Natural SDG, S.A.	18,90
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,78
Cia. Distrib. de Gás do Rio de Janeiro - Ações em tesouraria	0,0047
Outros	0,23
	<u>100,00</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de abril de 2010 e 28 de abril de 2009, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 77.336 e R\$ 35.650, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18 de agosto de 2010, em cumprimento a decisão judicial da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia procedeu à recompra de 2.441 Ações Ordinárias de um acionista minoritário, que correspondem a 0,0047% do Capital Social, no montante de R\$ 215. O valor relativo à recompra das referidas ações foi fixado em sentença judicial e está sendo questionado em juízo pela Companhia, sendo este depositado judicialmente. As Ações Ordinárias objeto da operação provisória de recompra estão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

21.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto		
Em 1º de janeiro de 2009 - ajustado	31.691	252.930	28.638	(5.388)	155.323
Lucro líquido do exercício					
Hedge de fluxo de caixa				222	
Impostos sobre hedge de fluxo de caixa				(75)	
Ganho atuarial de fundo de pensão					9.815
Impostos sobre ganho atuarial de fundo de pensão					(3.337)
Aumento de capital		(35.650)			
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício de 2008			(28.638)		
Reserva legal	11.335			11.335	(11.335)
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório					(32.529)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório					(21.315)
Dividendos propostos a aprovar			53.843		(53.843)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial				6.478	(6.478)
Reserva para investimentos futuros		36.301			(36.301)
Em 31 de dezembro de 2009	43.026	253.581	53.843	1.237	230.043
Lucro líquido do exercício					
Reserva legal	11.502				(11.502)
Perda atuarial de fundo de pensão					(21.700)
Impostos sobre perda atuarial de fundo de pensão					7.379
Aumento de capital		(77.336)			
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício 2009			(53.843)		
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório					(29.648)
Dividendos propostos a aprovar			54.220		(54.220)
Transferências para ajuste de avaliação patrimonial				(14.321)	14.321
Reserva para investimentos futuros		134.673			(134.673)
Em 31 de dezembro de 2010	54.528	310.918	54.220	(13.084)	419.666



(a) Destinação dos lucros para reserva de expansão

Em conformidade com a legislação societária brasileira vigente, a administração da Companhia propõe a retenção dos lucros acumulados remanescentes em uma reserva de expansão, visando o suprimento de recursos necessários ao orçamento de investimentos. A proposta do orçamento para 2011, foi submetida ao Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2010, sendo que os recursos retidos serão utilizados nos projetos de ampliação, renovação e captação de novos clientes. A destinação dos lucros acumulados para reserva de expansão foi feita ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2011.

Com a transferência de lucros para a reserva de expansão, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembléia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, no montante de R\$ 11.830, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

(b) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2010	2009
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos (*)	230.043	226.708
Constituição da reserva legal	(11.502)	(11.335)
Ajustes acumulados de mudanças de práticas (*)	(99.949)	
Base de cálculo dos dividendos	118.592	215.373
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	29.648	53.844
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios		
Juros sobre o capital próprio	29.648	32.529
Dividendos		21.315
Total	29.648	53.844
Distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios (por lote de mil ações)		
Juros sobre o capital próprio	0,571	0,626
Dividendos		0,411
	0,571	1,037

(*) O lucro líquido de 2009 utilizado como base de cálculo dos dividendos equivale ao montante auferido antes dos ajustes de mudança de prática, pois, naquele exercício, a Companhia não tinha conhecimento dos seus efeitos. Dessa forma, em 2010, foi procedido o reconhecimento, para fins de cálculo dos dividendos, dos efeitos acumulados das referidas mudanças de práticas incluindo ajuste de exercícios anteriores.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010 (28 de dezembro de 2009), a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. O imposto de renda de fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$ 5.336 (R\$ 4.451 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

Dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, correspondentes a R\$ 1,0441 por lote de mil ações, totalizando R\$ 54.220, serão propostos na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2010, aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 53.843, representado por R\$ 1,037 por ação do capital social.

A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2009, aprovou a distribuição de dividendos correspondentes sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 28.638, correspondentes a R\$ 0,551 por ação do capital social.

22 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. O plano apresentou, ao fim de 2010, superávit acumulado de R\$ 78.548 (R\$ 81.655 em 31 de dezembro de 2009) e a confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.000 está sendo paga em dia.

	2010	2009
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	99	100
Inativos	1.073	1.073
	1.172	1.173

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os



participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

- Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.
- Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3 vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de risco prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base pra atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês. Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Contempla benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 18 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é pago uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais empregados e que já o eram em 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados que já o eram naquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Fundo de pensão (Gásius)	3.187	3.588	3.274
Assistência médica	2.480	2.494	3.105
	<u>5.667</u>	<u>6.082</u>	<u>6.379</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Plano de benefícios - GASIUS	49.695	52.607	56.439
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.540	5.789	6.126
Prêmio aposentadoria	1.554	2.220	2.246
Assistência médica para aposentados	70.697	53.316	60.885
	<u>127.486</u>	<u>113.932</u>	<u>125.696</u>
Circulante	(9.610)	(9.059)	(8.697)
	<u>117.876</u>	<u>104.873</u>	<u>116.999</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	113.932	125.696
Custo do serviço corrente	(335)	(441)
Juros sobre obrigações atuariais	29.375	31.338
Rendimento esperado dos ativos do plano	(26.216)	(22.021)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	21.700	(9.815)
Benefícios pagos	(791)	(911)
Contribuições de patrocinadores	(5.667)	(6.082)
Pagamentos confissão de dívida	(9.350)	(8.912)
Juros confissão de dívida	4.838	5.080
Em 31 de dezembro	<u>127.486</u>	<u>113.932</u>



A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 1º de janeiro de 2009	238.828	6.126	2.246	60.885
Custo do serviço corrente	(840)		46	353
Juros sobre obrigações atuariais	24.251	603	222	6.262
Contribuições participantes	1.783			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(16.193)	(269)	(54)	(11.690)
Benefícios pagos	(18.202)	(671)	(240)	(2.494)
Em 31 de dezembro de 2009	229.627	5.789	2.220	53.316
Custo do serviço corrente	(859)		47	477
Juros sobre obrigações atuariais	23.112	564	233	5.466
Contribuições participantes	1.889			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	45.668	(22)	(946)	13.918
Benefícios pagos	(20.675)	(791)		(2.480)
Em 31 de dezembro de 2010	278.762	5.540	1.554	70.697

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS	Assistência médica para aposentados
Em 1º de janeiro de 2009	210.278	
Rendimento esperado	22.021	
Ganho atuarial dos ativos do plano	29.317	
Contribuições dos patrocinadores	3.588	
Contribuições de participantes	1.783	2.494
Benefícios pagos	(18.202)	(2.494)
Em 31 de dezembro de 2009	248.785	
Custo do serviço corrente	26.216	
Juros sobre obrigações atuariais	17.760	
Rendimento esperado dos ativos do plano	3.187	2.480
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	1.889	
Benefícios pagos	(20.675)	(2.480)
Em 31 de dezembro de 2010	277.162	

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	129.062
Fundos de investimento de renda fixa	72.058
Títulos privados	8.435
	209.555
Títulos de renda variável	44.441
Investimento imobiliário	16.759
Outros ativos	6.407
	277.162

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Plano de benefícios - GASIU			
Valor presente das obrigações atuariais	278.762	229.627	238.828
Valor justo dos ativos do plano	(277.162)	(248.785)	210.278
Déficit (superávit)	1.600	(19.158)	28.550
Limite CPC 33 - Parágrafo 58(b) (*)		19.158	
Limite assunção de dívida (**)	(1.600)		(28.550)
Assunção de dívida GASIU	49.695	52.607	56.439
Passivo líquido	49.695	52.607	56.439

(*) Deduzido da conta "Ganho/perda atuariais" (Resultado abrangente). Não há perdas atuariais e custo do serviço passado não reconhecidos que poderiam ser compensados com o superávit do plano, bem como a administração não utiliza como política compensar superávits com contribuições futuras. Dessa forma, o referido ativo não foi constituído.

(**) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Benefício especial de aposentadoria			
Valor presente das obrigações atuariais	5.540	5.789	6.126
Prêmio aposentadoria			
Valor presente das obrigações atuariais	1.554	2.220	2.248
Assistência médica a aposentados			
Valor presente das obrigações atuariais	70.697	53.316	60.885



Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	2009				
	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(840)		46	353	(441)
Juros sobre obrigações atuariais	24.251	603	222	6.262	31.338
Rendimento esperado dos ativos do plano	(22.021)				(22.021)
	1.390	603	268	6.615	8.876
Resultado abrangente	2.198	(269)	(54)	(11.690)	(9.815)

	2010				
	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(859)		47	477	(335)
Juros sobre obrigações atuariais	23.112	564	233	5.466	29.375
Rendimento esperado dos ativos do plano	(26.216)				(26.216)
	(3.963)	564	280	5.943	2.824
Resultado abrangente	8.750	(22)	(946)	13.918	21.700

Em 2010, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 2.824 (R\$ 8.876 em 2009). Deste valor, um total de R\$ 6.457 foi reconhecido em despesas com pessoal (R\$ 6.480 em 2009), pois refere à parcela de participação dos empregados e R\$ 3.633 credor em obrigações com fundo de pensão (R\$ 2.396 em 2009).

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2010 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Percentual	
	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 35,8%
Taxa de inflação	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 0,8%

As principais premissas atuárias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	6% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a.
Crescimentos salariais futuros	1,5% a.a.
Inflação	
	4,5.a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

23 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Tributárias	14.112	8.839	9.254
Trabalhistas	36.612	30.660	34.179
Cíveis	16.202	6.140	5.646
	<u>66.926</u>	<u>45.639</u>	<u>49.079</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	49.079
Adições	11.208
Baixas	(19.359)
Atualizações monetárias	4.711
Saldo em 31 de dezembro de 2009	45.639
Adições	28.290
Baixas	(12.173)
Atualizações monetárias	5.170
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>66.926</u>



(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a ICMS e a CIDE.

A Companhia mantinha registrada, na rubrica de provisão para contingências, a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE, que estava sendo objeto de depósito judicial mas, devido à expiração da validade da Certificação de Averbação nº 980934/02 autorizado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI em 21 de janeiro de 2005, a Companhia deixou de contabilizar novas provisões relativas a esta Contribuição.

A Companhia avaliou a condução do processo CIDE auxiliado por novos consultores jurídicos, e estes concluíram que apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, seus Administradores decidiram pela manutenção da provisão do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 6.807.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Esfera			
Estadual	2.765	3.993	3.600
Federal	4.540	4.846	5.654
	<u>7.305</u>	<u>8.839</u>	<u>9.254</u>

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis e prováveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 67.246 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 77.803 em 31 de dezembro de 2009).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2010 seria de R\$ 10.337 (R\$ 9.636 em 31 de dezembro de 2009).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão

pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2010 seria de R\$ 6.472 (R\$ 6.406 em 31 de dezembro de 2009).

- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2010 seria de R\$ 8.938.

Os valores dos demais processos classificados com chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de êxito possível, há o seguinte processo, cujo ganho estimado foi classificado como provável e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2010, seria de R\$ 325.096 (R\$ 267.793 em 31 de dezembro de 2009) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de ganho favoráveis.

(ii) Contingências ativas

Em 9 de abril de 2010, a Companhia recebeu um auto de infração no montante de R\$ 14,5 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. A Companhia detém todas as guias de recolhimento do referido imposto autenticadas pelo agente arrecadador e discute com o mesmo a procedência da reclamação das autoridades fiscais. Para evitar a situação de inadimplência junto à Receita Estadual, em abril de 2010, a Companhia pagou novamente os referidos débitos e aguarda o reembolso, pelo agente arrecadador, dos valores pagos. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, as chances de recuperar tais valores pagos em duplicidade é provável, visto que a empresa detém as provas do recolhimento do referido débito fiscal. O ativo se encontra registrado em "Demais contas a receber" no não circulante.

(iii) Ajuste de exercícios anteriores e Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhi-



dos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, ao reconhecimento da provisão dos impostos indevidamente compensados e o crédito transitando em julgado, nos montantes de R\$ 23.196 e R\$ 12.835, respectivamente, como ajustes de exercícios anteriores. A provisão inclui multas e juros. O imposto de renda e a contribuição social incidentes montam a R\$ 5.119 (passivo).

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS e, em 2010, concluiu os estudos de identificação dos débitos fiscais que deveriam ser incluídos nesse programa e, como resultado, o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior foram objeto de parcelamento. A redução de multa e juros desse passivo como resultado da adesão ao REFIS, monta R\$ 7.051 que foi registrado em "Outras Receitas Operacionais".

O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 17.853 em 31 de dezembro de 2010 está registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 19) e o respectivo ativo, no montante de R\$ 16.113 em 31 de dezembro de 2010, relativo aos valores recolhidos a maior está registrado na conta "Tributos a Recuperar" (Nota 8).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Quantidade de ações movidas por:			
Ex-empregados CEG	235	249	282
Ex-empregados terceiros	1.467	1.455	1.228
Outros (Ministério Público, INSS)	32	18	19
	<u>1.734</u>	<u>1.722</u>	<u>1.529</u>

O saldo das provisões para processos trabalhistas aumentou de R\$ 30.660 de dezembro de 2009 para R\$ 36.611 em 31 de dezembro de 2010 (acréscimo de 19,41%). Esta elevação deve-se a reavaliação de processos e ao aumento das empresas que deixaram de prestar serviços para a Companhia.

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ex-empregados CEG	9.916	9.347	17.346
Ex-empregados terceiros	26.696	21.313	16.833
	36.612	30.660	34.179

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam R\$ 25.358 (R\$ 31.276 em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 3.039, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância.

Também em junho de 2010, a Companhia foi notificada pela AGENERSA a restituir aos clientes os valores cobrados a título de tarifa mínima. Esta cobrança foi efetuada durante o programa de conversão do gás manufacturado para o gás natural, em que determinados clientes tiveram o fornecimento de gás interrompido ou suspenso em razão da necessidade de adequação das instalações internas de gás. O montante envolvido é de R\$ 3.170.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de êxito provável que não apresentam individualmente relevância, estas montam o valor de R\$ 9.356.



24 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial, comercial, industrial, termelétricas e ou automotivo.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Segmentos	Margem por segmento 2010							Total
	Residen- cial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Constru- ção	receitas (*)	
Volumes m³ mil (Não auditada)	110.264	77.471	778.688	1.354.167	800.734			3.121.324
Receita Bruta	444.711	198.954	759.407	467.493	783.073	58.146	21.922	2.733.706
Deduções	(95.827)	(42.381)	(157.030)	(2.329)	(169.472)		(3.022)	(470.061)
Receita Líquida	348.884	156.573	602.377	465.164	613.601	58.146	18.900	2.263.645
Custo	(53.175)	(40.617)	(480.197)	(421.289)	(531.679)	(58.146)	(3.908)	(1.589.011)
Resultado Bruto	295.709	115.956	122.180	43.875	81.922		14.992	674.634
Despesas/ Receitas Operacionais								(356.242)
Resultado antes da Tributação								318.392
Provisão p/IR e Contribuição social								(88.349)
Lucro líquido do exercício								230.043

Segmentos	Margem por segmento 2010							Total
	Residen- cial	Comer- cial	Industrial	Termelé- trico	Automó- tivo	Cons- trução	receitas (*)	
Volumes m ³ mil (Não revisado)	110.983	73.871	571.216	512.804	802.679			2.071.553
Receita Bruta	425.533	180.673	552.806	173.925	733.444	69.756	10.237	2.146.374
Deduções	(91.983)	(38.588)	(115.820)	(892)	(158.413)		(2.793)	(408.489)
Receita Líquida	333.550	142.085	436.986	173.033	575.031	69.756	7.444	1.737.885
Custo	(49.857)	(33.310)	(333.543)	(152.571)	(486.754)	(69.756)	(4.860)	(1.130.651)
Resultado Bruto	283.693	108.775	103.443	20.462	88.277		2.584	607.234
Despesas/Receitas Operacionais								(385.620)
Resultado antes da Tributação								221.614
Provisão p/IR e Contribuição social								(66.291)
Lucro líquido do exercício								155.323

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2010	2009
Receitas de serviços	18.781	7.719
Receitas de serviços taxados	2.688	1.541
Receita de alugueis	453	977
	21.922	10.513

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

25 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante



têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e aproxima-se do valor de mercado.

(d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

(e) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2010			2009		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	97.543	318.166	(220.623)	55.003	219.926	(164.923)
Não circulante		355.119	(355.119)	1.802	485.524	(483.722)
	97.543	673.285	(575.742)	56.805	705.450	(648.645)

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A empresa contratou, junto ao BNDES, finan-

ciamento de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012. A previsão de recebimento para esse financiamento vai até maio de 2013. O restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 18). No ano de 2010 foram contratados duas operações de empréstimos de longo prazo no valor de R\$ 100 milhões com os bancos ING e HSBC pelo prazo de três anos com vencimento em julho de 2013. Essas operações substituíram dívidas cujos vencimentos ocorreram durante o ano de 2010.

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

(f) Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

As operações da Companhia que estão mensuradas ao valor justo referem-se aos instrumentos financeiros derivativos. O valor justo desses instrumentos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação (nível 2). Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade (vide Nota 4.1(a)(iii)).

26 Compromissos e contingências

26.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional, assinado em 18 de julho de 2008. Este contrato garante o fornecimento a partir de novembro de 2008 de 5,33 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC), quantidade essa a ser incrementada ao longo da vigência do contrato, findando em dezembro de 2012 com a garantia de 6,55 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay no ano de 2010, 82% da QDC nos anos de 2011 e 2012 e 80% nos anos de 2013 e 2014. Os valores pagos a título de Take or Pay poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação.

Desta forma, uma vez que no ano de 2009 não foi retirada na totalidade a quantidade mínima contratada, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da obrigação



de pagamento registrando na conta de fornecedores o valor de R\$ 27.641. Considerando as projeções de consumo dos próximos meses, o pagamento antecipado das quantidades não consumidas seria compensado mediante o consumo previsto em 2010 e, portanto, a Companhia registrou o seu direito de retirada no ativo no mesmo valor da obrigação correspondente.

Em 9 de abril de 2010, foi celebrado o termo aditivo nº 4 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até dezembro de 2014; (ii) as quantidades diárias contratuais - QDC's para o período de prorrogação; (iii) o ajuste do compromisso de Take or Pay para os anos de 2011 e 2012. Concomitantemente, foi assinado um Contrato de Transação Extrajudicial, na forma do qual, a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS deixou de cobrar os valores devidos pela CEG referentes ao Take or Pay incorrido no ano de 2009, em contra partida a CEG concordou com o aumento dos percentuais de Take or Pay para os anos de 2011 e 2012, conforme ajustado no 4º termo aditivo. Assim, os registros contábeis da obrigação de pagamento, bem como o do direito de retirada, efetuados conforme parágrafo anterior, foram revertidos em 2010.

26.2 Compromisso com Poder Concedente

Em julho de 2004 e agosto de 2005, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão, nos quais a Concessionária obrigou-se a atender aos compromissos de expansão do serviço de gás canalizado devendo implantar, na sua área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender à demanda dos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

Em agosto de 2008, no curso da Segunda Revisão Tarifária que foi concluída ao longo de 2009, a Agência Reguladora deliberou a implementação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia em 2007, prevendo o prazo de conclusão até 2012, tendo sido apresentado pela Companhia, em novembro de 2009, um "Estudo Básico de Expansão de Rede".

O município de Guapimirim já está sendo atendido com rede de gás canalizado, tendo em vista o cumprimento do compromisso assumido em 2004. Não obstante, encontra-se em estudo a expansão do atual abastecimento, através de rede em MP/BP (Média Pressão/Baixa Pressão), estando prevista sua execução até o final de 2012, além disso, está sendo avaliada a ampliação do sistema de distribuição através de GNC (Gás Natural Comprimido), nos termos do "Estudo Básico de Expansão de Rede" enviado à AGENERSA e ao Estado em novembro de 2009.

No que se refere aos Municípios incluídos no Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 2005, nos termos do "Estudo Básico de Expansão de Rede" enviado à AGENERSA e ao Estado em novembro de 2009, encontra-se em estudo o abastecimento do Município de Mangaratiba através de GNC (Gás Natural Comprimido), com previsão de finalização até o final do ano de 2012 e com relação ao município de Maricá, encontra-se em estudo o abastecimento através de rede de PE (Polietileno) em média pressão, estando prevista a finalização da execução até o final de 2011. Além disso, para o município de Maricá, também está sendo avaliada a ampliação do sistema de distribuição através de GNC (Gás Natural Comprimido).

26.3 Revisão tarifária - ativo regulatório

Em 28 de junho de 2007, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Em 30 de abril de 2009, foi formalizado o resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, no julgamento realizado na 5ª Sessão Regulatória ano 2009, na AGENERSA, quando, através da Deliberação AGENERSA nº 371, foi deliberado um incremento de 11,32% de margem e foram criadas novas classes de consumo: climatização, cogeração e termelétricas, além das tarifas para consumidores livres.

Esta decisão fixou a vigência do incremento a partir da edição da deliberação, não permitindo a retroatividade, razão pela qual este pleito foi assunto de recurso. Em 16 de setembro de 2009, foi publicada no DOERJ a Deliberação AGENERSA nº 427, a qual autorizou a retroatividade, permitindo à Concessionária realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 5 de junho de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012, cujo valor presente montava a R\$ 111.644, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, em 2009, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. A partir de 2010, o referido ativo está sendo registrado a medida em que é realizado o faturamento da retroatividade. Os valores objeto de reversão em decorrência das mudanças de prática estão apresentados na Nota 32.2.3.

26.4 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

27 Serviços e outros gastos gerais

	2010	2009
Serviços de manutenção	16.653	17.268
Serviço de profissionais independentes e contratados	79.360	63.258
Gastos gerais de escritório	2.846	2.346
Viagens e estadas	1.578	937
Aluguéis	1.791	1.054
Propaganda e publicidade	5.696	5.134
Despesas empresas do grupo	7.787	1.574
Perdas e recuperação de créditos	7.086	7.690
Provisões (reversões de provisões)	14.556	(2.670)
	<u>137.353</u>	<u>96.591</u>



O grupo de serviços e outros gastos gerais apresentou variação relevante comparado a igual período do ano anterior, devido ao aumento das despesas com profissionais independentes pelos honorários de êxito do processo CEDAE (Nota 12) no valor R\$ 11.240; também influenciou no resultado deste grupo a reversão em 2009 da provisão da CIDE no montante de R\$ 5.648 e o aumento das reversões de provisões laborais, devido a acordos judiciais, que em 2009 montaram R\$ 10.366. Influenciou ainda, o retorno em 2010, da provisão para o processo CIDE no valor de R\$ 6.807.

28 Outras despesas (receitas) líquidas

	2010	2009
Ganho na venda equipamentos	103	38
Impostos e taxas	(13.738)	(12.601)
Ganhos na alienação de intangível	8.409	1.127
Ganho processo CEDAE (Nota 12)	58.000	
Outras receitas e despesas operacionais (*)	(4.337)	(8.392)
	<u>48.437</u>	<u>(19.828)</u>

(*) A variação encontrada em relação ao ano anterior, refere-se a baixa de materiais obsoletos em 2009 no valor de R\$2.400, combinado com o efeito do aumento das despesas de indenização a terceiros também neste ano, no valor de R\$ 4.707.

29 Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	3.048	3.010
Atualizações monetárias e cambiais ativas	7.718	83.055
Receita de juros e encargos	7.298	8.278
Outras receitas financeiras	1.516	2.738
	<u>19.580</u>	<u>97.081</u>
Despesas financeiras		
Comissões	(459)	(489)
Encargos de empréstimo (SWAP e juros)	(72.339)	(141.175)
IOF	(3.107)	(3.282)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(11.157)	(19.294)
Fiança bancária	(10.953)	(5.722)
Outras despesas financeiras	(3.825)	(1.756)
	<u>(101.840)</u>	<u>(171.718)</u>
	<u>(82.260)</u>	<u>(74.637)</u>

30 Permissão de uso de logradouros públicos

Através da Lei Municipal nº 4017, de 23 de março de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007 de maio de 2007, o município do Rio de Janeiro criou a taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo. Um novo decreto, emitido em 14 de dezembro de 2007 sob o nº 28.887/07, esclareceu a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás, que resultou em uma obrigação mensal para a companhia de R\$ 998. Como a questão do pagamento pelo uso do subsolo por concessionárias de serviços públicos vem sendo declarada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça, e considerando as opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia continuará discutindo em juízo seu direito de não pagar a taxa em virtude de sua ilegalidade. Ademais, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem o direito de aplicar o parágrafo 16 da cláusula sétima do referido contrato que determina a incorporação, na tarifa, da cobrança desse tributo.

Adicionalmente ao pleito acima, em 9 de dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados referentes aos meses de julho a dezembro de 2009 (pagamento já efetuado), e os valores vincendos a partir de janeiro de 2010. Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. A discussão em juízo sobre a ilegalidade da cobrança da taxa acima mencionada continua, sendo que, no caso de decisão favorável à Companhia, a mesma deixará de efetuar os pagamentos vincendos a partir da decisão, sendo certo que não exigirá reembolso pelos valores efetivamente pagos.

31 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em reais
	Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	426.240
Responsabilidade civil geral (*)	213.120
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	3.483

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.



32 Transição para os CPCs

32.1 Base da transição

32.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras.

A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

32.1.2 Exceção da aplicação retrospectiva das estimativas seguida pela Companhia

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

32.2 Conciliação entre BR GAAP antigo (anteriormente divulgado) e CPCs (atualmente divulgado)

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Instrumentos financeiros

Os saldos a receber e a pagar de contratos de instrumentos financeiros derivativos passaram a ser apresentados em linhas separadas no balanço considerando o prazo de vencimento dos contratos. Esses montantes foram calculados a valor justo nas respectivas datas-bases.

(b) Imposto de renda e contribuição social

Os ajustes referem-se à compensação de ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social que têm a mesma natureza (antecipação de impostos correntes).

(c) Impostos diferidos

Conforme o CPC 32 os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos classificados como circulante, passaram a ser classificados como não circulante.

(d) Contrato de concessão

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BRGaap antigo a Companhia reconhecia os gastos com a infraestrutura da concessão como ativo imobilizado. Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC01, em 1º de janeiro de 2010, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" o montante referente a esses bens vinculados à concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 15. Adicionalmente, os

gastos de construção da rede de gás passaram a ser reconhecidos nas rubricas de receitas de vendas e custo dos serviços prestados.

(e) Dividendos não aprovados

De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 28.638 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório. Da mesma forma, o montante de R\$ 53.843 em 31 de dezembro de 2009 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

(f) Plano de pensão

A Companhia passou a adotar o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais conforme disposições do CPC 33. No BR GAAP antigo, as perdas e os ganhos atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças de premissas, que excediam 10% dos ativos ou passivos do plano eram reconhecidas no resultado no período esperado de serviço remanescente dos participantes do plano.

(g) Ajuste a valor presente

Esse ajuste é relativo ao CPC 12, que já estava em vigor em 2009, mas, como o efeito não era material, a Companhia não o registrou naquele exercício. Refere-se a impostos indiretos parcelados (ICMS CIAP).

(h) Ativo regulatório

Em 2009, a Companhia, de acordo com o BR GAAP antigo, efetuou o registro contábil da retroatividade da revisão tarifária, reconhecendo seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão. Como resultado da aplicação das novas práticas contábeis, o ativo regulatório foi revertido por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. No entanto, o referido ativo está sendo registrado na medida em que é realizado o faturamento adicional. Vide detalhes adicionais na Nota 26.3.

(i) Reservas de lucros

Exceto pelos itens de reclassificação, os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados e posteriormente transferidos para reserva de expansão em 1º de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs -nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Nota 32.2.1).
- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (Nota 32.2.2).
- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Nota 32.2.3).



32.2.1 Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009

Ativo	Anteriormente divulgado	Instrumentos financeiros (a)	Imposto de renda e contribuição social (b)	Impostos diferidos (c)	Contrato de Concessão (d)	Dividendos (e)	Plano de pensão (f)	Outras reclassificações	Efeito total de mudanças de práticas	Ajuste de exercícios anteriores (Nota 23 (a))	Atualmente divulgado
Circulante											
Instrumentos Financeiros		4.255							4.255		4.255
Instrumentos financeiros derivativos	85.384		(48.077)						(48.077)		37.307
Tributos a recuperar	5.482			(5.482)					(5.482)		
Ativos fiscais diferidos	5.208						(2.525)		(2.525)		2.683
Demais contas a receber	333.919										333.919
Outras contas											
	429.993	4.255	(48.077)	(5.482)			(2.525)		(51.829)		378.164
Não circulante											
Instrumentos financeiros derivativos		9.574							9.574		9.574
Ativos fiscais diferidos	39.645			5.482			2.700		8.182		47.827
Tributos a recuperar	8.243									12.835	21.078
Depósitos judiciais	35.162							2.525	2.525		37.687
Imobilizado	1.070.357			(1.070.357)					(1.070.357)		
Intangível	27.497			1.070.357					1.070.357		1.097.854
Outras contas	295.289										295.289
	1.476.193	9.574	(48.077)	5.482			2.700	2.525	20.281	12.835	1.509.309
Total do ativo	1.906.186	13.829	(48.077)				2.700		(31.548)	12.835	1.887.473
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Instrumentos financeiros derivativos		434							434		434
Empréstimos e financiamentos	300.283	3.821							3.821		304.104
Tributos a recolher	78.333								(48.077)	5.119	35.375
Passivos fiscais diferidos						(28.638)			(28.638)		31.128
Dividendos e juros sobre o capital próprio	59.766										59.766
Outras contas	255.334										255.334
	693.716	4.255	(48.077)			(28.638)			(72.460)	5.119	626.375
Não Circulante											
Instrumentos financeiros derivativos		169							169		169
Empréstimos e financiamentos	523.315	9.405							9.405		532.720
Contas a pagar assunção de dívida	47.742						(47.742)		(47.742)		
Tributos a recolher										23.196	23.196
Obrigações com fundo de pensão	61.316						55.683		55.683		116.999
Provisão para contingências	49.079										49.079
Outras contas	69										69
	681.521	9.574					7.941		17.515	23.196	722.232
Patrimônio líquido											
Reserva de lucros (i)	300.101			28.638					28.638	(15.480)	313.259
Ajuste de avaliação patrimonial	(147)						(5.241)		(5.241)		(5.388)
Outras contas	230.995										230.995
	530.949					28.638	(5.241)		23.397	(15.480)	538.866
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.906.186	13.829	(48.077)				2.700		(31.548)	12.835	1.887.473

32.2.2 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

Ativo	Anteriormente divulgado	Instrumentos financeiros (a)	Imposto de renda e contribuição social (b)	diferidos (c)	Impostos Concessão (d)	Dividendos (e)	Plano de pensão (f)	presente (g)	Regulatório (h)	Ativo de mudanças de práticas (i)	Efeito total de exercícios anteriores	Atualmente divulgado
Ativo Circulante												
Instrumentos financeiros		142									142	142
derivativos												
Contas a receber de clientes	263.405								(25.055)	(25.055)	(25.055)	238.350
Tributos a recuperar	43.296	(39.045)					(1.287)		(120)	(120)	(39.165)	4.131
Ativos fiscais diferidos	6.068		(6.068)								(6.068)	
Outras contas	69.347											69.347
Não circulante												
Instrumentos financeiros		1.031									1.031	1.031
derivativos												
Contas a receber de clientes	93.020						(1.287)		(93.020)	(93.020)	(93.020)	
Ativos fiscais diferidos	44.490		6.068						45.304	45.304	50.085	94.575
Tributos a recuperar	27.818								(1.766)	(1.766)	(1.766)	14.613
Imobilizado	1.103.989			(1.103.989)							(1.103.989)	40.665
Intangível	24.551			1.103.989					2.838	2.838	1.106.827	1.131.378
Outras contas	286.637											286.637
Total do ativo	1.580.505	1.031	6.068	6.068	6.068	6.068	(1.287)	1.072	(47.716)	(40.832)	14.613	1.554.286
Passivo e patrimônio líquido												
Circulante												
Instrumentos financeiros		1.338									1.338	1.338
derivativos												
Empréstimos e financiamentos	219.926	(1.196)								(1.196)	(1.196)	218.730
Tributos a recolher	127.285	(39.045)							963	(38.082)	5.831	95.034
Passivos fiscais diferidos												
Dividendos e juros sobre o capital próprio	107.687					(53.843)				(53.843)	(53.843)	53.844
Outras contas	213.692											213.692
Total do passivo e do patrimônio líquido	668.590	142	(39.045)	(39.045)	(39.045)	(53.843)	(1.287)	952	(72.771)	(110.978)	14.613	1.866.256
Não Circulante												
Instrumentos financeiros		170									170	170
derivativos												
Empréstimos e financiamentos	485.524	861									861	486.385
Contas a pagar assunção de dívida	43.548						(43.548)			(43.548)	(43.548)	
Tributos a recolher	2.980										24.126	27.106
Obrigações com fundo de pensão	65.110						39.763			39.763	39.763	104.873
Provisão para contingências	45.639											45.639
Outras contas	1.113											1.113
Total do passivo e do patrimônio líquido	643.914	1.031	(3.785)	(3.785)	(3.785)	(3.785)	(1.287)	952	(73.734)	(17.678)	24.126	665.286
Patrimônio líquido												
Reserva de lucros (i)	383.472					53.843	1.261	952	(73.734)	(17.678)	(15.344)	350.450
Ajuste de avaliação patrimonial	266.645						1.237			1.237		1.237
Outras contas	650.117											266.645
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.962.621	1.173	(39.045)	(39.045)	(39.045)	53.843	2.498	952	(73.734)	(16.441)	14.613	1.866.256



32.2.3 Conciliação do lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente divulgado	Contrato de concessão (d)	Plano de pensão (f)	Ajuste a valor presente (g)	Ativo regulatório (h)	Efeito total de mudanças de práticas	Ajuste de exercícios anteriores nota 23(a)	Atualmente divulgado
Receitas	1.783.690	69.756		(115.561)		(115.561)		1.737.885
Custo do gás vendido e dos serviços	(1.069.266)	(69.756)		8.371		8.371		(1.130.651)
Lucro bruto	714.424			(107.190)		(107.190)		607.234
Despesas operacionais								
Obrigações com fundo de pensão	(4.306)		1.910			1.910		(2.396)
Outras contas	(308.587)							(308.587)
	(312.893)		1.910			1.910		(310.983)
Lucro operacional	401.531		1.910	(107.190)		(105.280)		296.251
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	96.960			952	(2.609)	(1.657)	1.778	97.081
Despesas financeiras	(169.902)				(462)	(462)	(1.354)	(171.718)
Resultado financeiro líquido	(72.942)			952	(3.071)	(2.119)	424	(74.637)
Lucro líquido das operações continuadas	328.589		1.910	952	(110.261)	(107.399)	424	221.614
Imposto de renda e contribuição social	(101.881)		(649)	(324)	36.851	35.878	(288)	66.291
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	226.708		1.261	628	(73.410)	(71.521)	136	155.323

33 Efeitos da aplicação do CPCs nas informações trimestrais (Nota 2.1)

	1º trimestre de 2009		2º trimestre de 2009		3º trimestre de 2009	
	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Anteriormente divulgado	38.257	569.353	34.662	603.983	104.387	708.401
Ajuste ativos e passivos Regulatório	(9.227)	(9.227)	(6.316)	(15.543)	(51.340)	(66.883)
Plano de pensão		(5.241)		(5.241)		(5.241)
Dividendo adicional proposto		28.638				-
Efeito total das mudanças de prática	(9.227)	14.170	(6.316)	(20.784)	(51.340)	(72.124)
Ajuste de exercícios anteriores - FINSOCIAL	34	(15.458)	34	(15.424)	34	(15.390)
Atualmente divulgado	29.064	568.065	28.380	567.775	53.081	620.887

	1º trimestre de 2010		2º trimestre de 2010		3º trimestre de 2010	
	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Anteriormente divulgado	38.409	688.526	37.102	725.628	89.300	808.649
Ajuste Ativos e Passivos Regulatório	(2.961)	(76.695)	(652)	(77.347)	(202)	(77.549)
Ajuste à Valor Presente - AVP ICMS	6	6	150	156	667	823
Plano de pensão		1.261		1.261		1.261
Dividendo Adicional Proposto		53.843				
Efeito total das mudanças de prática	(2.955)	(21.585)	(502)	(75.930)	465	(75.465)
Ajuste de exercícios anteriores - FINSOCIAL	120	(15.224)	120	(15.104)	120	(14.984)
Atualmente divulgado	35.574	651.717	36.720	634.594	89.885	718.200



ceg

gasNatural 
fenosa

Av. Pedro II, 68 - Parte . São Cristóvão
CEP: 20941-070 . Rio de Janeiro . RJ